



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUIÇÃO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

DANIELE ALMEIDA DUARTE

**OS DESAFIOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL**



CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
DEZEMBRO / 2017

DANIELE ALMEIDA DUARTE

**OS DESAFIOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, do Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Me. Matheus Thomaz da Silva

Campos dos Goytacazes - RJ
2017

DANIELE ALMEIDA DUARTE

**OS DESAFIOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, do Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 14 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. MATHEUS THOMAZ DA SILVA (Orientador)
UFF - Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. VALTER MARTINS
UFF - Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a KETNEN ROSE MEDEIROS BARRETO
UFF - Universidade Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes - RJ
2017

Dedico este trabalho a minha família, amigos e familiares. As Assistentes Sociais que contribuíram para minha pesquisa e ao meu orientador Matheus Thomaz.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, que me sustentou e me guiou em toda a minha vida e também durante o período em que estive na faculdade, me ajudou a superar inúmeros desafios, bem como na realização desta monografia.

A minha mãe, que além de mãe é uma grande amiga que sempre me apoiou e incentivou a estudar e também com quem pude contar nos momentos difíceis, me incentivando a não desanimar.

A meu pai que me incentivou a estudar e a lutar por uma vida melhor, e a minha irmã pelo apoio.

Aos meus familiares e amigos, que me ajudaram nessa trajetória.

Ao meu orientador Matheus Thomaz pela dedicação, paciência e apoio em todos os momentos que precisei e com quem pude contar durante toda a elaboração desta monografia.

A Valter Martins e Ketnen Rose que aceitaram participar da minha banca e também aos meus professores que contribuíram para minha formação acadêmica e pela dedicação.

As Assistentes Sociais do CRAS de Custodópolis que contribuíram para minha pesquisa.

A Guilherme e a Neiff pela compreensão e apoio quando precisei fazer o estágio, me liberando do trabalho.

E por fim a Universidade Federal Fluminense, por ter me proporcionado essa experiência e também na realização de um sonho de cursar uma faculdade.

RESUMO

O presente trabalho busca contribuir para o exercício profissional na Assistência Social que sempre enfrentou grandes desafios desde seus primórdios. Temos, portanto como objetivos: identificar quais são os desafios encontrados pelos Assistentes Sociais na Assistência Social, bem como as possibilidades de enfrentamento dos limites impostos e como esses limites afetam o exercício profissional e por fim identificar como os momentos políticos vivenciados podem afetar o trabalho dos Assistentes Sociais na política de Assistência Social. A pesquisa foi conduzida a partir do embasamento teórico levantado, realizada de forma qualitativa, composta por entrevistas semi estruturadas, seguida por um roteiro de questões previamente elaborado, assim as entrevistas foram gravadas e transcritas. A partir disso, os quatro profissionais selecionados para realização da pesquisa foram entrevistados para se avaliar quais os principais desafios encontrados por estes profissionais em seu cotidiano profissional na Assistência Social, bem como compreender as possíveis possibilidades de enfrentamento dos desafios. As ações socioeducativas realizadas pelos Assistentes Sociais na Assistência Social têm como finalidade o acesso dos usuários aos seus direitos, sendo um papel fundamental do exercício profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho. Assistência Social. Desafios. Possibilidades.

ABSTRACT

The present work seeks to contribute to the professional exercise in Social Assistance that has always faced great challenges from its beginnings. We have, therefore, as objectives: to identify the challenges faced by Social Workers in Social Assistance, as well as the possibilities of facing the limits imposed and how these limits affect the professional practice and finally to identify how the political moments experienced can affect the work of the Social Assistants in Social Assistance policy. The research was conducted based on the theoretical basis raised, made in a qualitative way, composed of semi structured interviews, followed by a script of questions previously elaborated, so the interviews were recorded and transcribed. From this, the four professionals selected to carry out the research were interviewed to evaluate the main challenges encountered by these professionals in their professional life in Social Assistance, as well as to understand the possible possibilities of facing the challenges. The socio-educational actions carried out by the Social Welfare Assistants aim at the access of the users to their rights, being a fundamental role of the professional practice.

Keywords: Social Service. Job. Social assistance. Challenges. Possibilities.

LISTA DE SIGLAS

- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BPC** - Benefício da Prestação Continuada
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- DF** - Distrito Federal
- DRU** - Desvinculação das Receitas da União
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- LBA** - Legião Brasileira de Assistência
- LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social
- NAFs** - Núcleos de Atendimentos à Família
- NOB/SUAS** - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
- NOB-RH/ SUAS** - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
- ONGs** - Organização Não-Governamental
- PAIF** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PNAS** - Política Nacional de Assistência Social
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SUAS** - Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL.....	12
1.1 Transformações Societárias do Fordismo à Acumulação Flexível.....	12
1.2 Estado Social.....	17
1.3 Assistência Social Caso Brasileiro.....	23
1.4 Impactos das Transformações no Serviço Social.....	27
2 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	32
2.1 Trajetória Histórica da Assistência Social no Brasil.....	32
2.2 Constituição e os anos 1990.....	38
2.3 Anos 2000: O Sistema Único de Assistência Social e o Serviço Social.....	44
3 OS DESAFIOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	53
3.1 Significado Social da Profissão.....	53
3.2 O papel do CRAS na Assistência Social.....	61
3.3 Análise empírica do exercício do profissional dos Assistentes Sociais na Assistência Social/ CRAS de Custodópolis.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
APÊNDICE.....	82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema “Os desafios do cotidiano profissional do Serviço Social na Assistência Social” que surgiu após me depara durante o estágio supervisionado em Serviço Social cuja duração de um ano e meio no Centro de Referência da Assistência Social de Custodópolis com os diversos desafios encontrados pelos Assistentes Sociais e na tentativa de superá-los, buscando possibilidades de enfrentamento dos mesmos e, ao mesmo tempo tentando oferecer um serviço de qualidade. Sendo assim este trabalho busca contribuir para o exercício profissional na Assistência Social que sempre enfrentou grandes desafios desde seus primórdios.

Temos como objetivo geral, identificar quais são os desafios encontrados pelos Assistentes Sociais na Assistência Social e como os objetivos específicos, identificar quais as possibilidades de enfrentamento dos limites impostos e como esses limites afetam o exercício profissional e, por fim identificar como os momentos políticos vivenciados podem afetar o trabalho dos Assistentes Sociais na política de Assistência Social.

Sendo assim tivemos como objeto de pesquisa: Quais os principais desafios enfrentados no cotidiano profissional na assistência social? Para fazer tal análise utilizei algumas questões norteadoras, são elas: Quais os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no CRAS de Custodópolis? Quais as possibilidades da Política de Assistência Social no país? Qual a conjuntura política que afeta os programas sociais no município de Campos dos Goytacazes? Por conseguinte, as respostas a essas indagações, foram buscadas junto aos profissionais de Serviço Social da Assistência Social no próprio CRAS de Custodópolis.

A pesquisa foi conduzida a partir do embasamento teórico levantado, realizada de forma qualitativa, composta por entrevistas semi estruturadas, seguida por um roteiro de questões previamente elaborado, assim as entrevistas foram gravadas e transcritas. O local que foi realizada a pesquisa após um agendamento prévio com as Assistentes Sociais é o CRAS de Custodópolis, na cidade de Campos dos Goytacazes, a partir disso, os quatro profissionais selecionados para realização das entrevistas, foram entrevistados com objetivo de se avaliar quais os principais desafios encontrados por estes, em seu cotidiano profissional na Assistência Social. Bem como compreender as possíveis possibilidades de enfrentamento dos desafios. O procedimento para análise dos dados coletados foi o de análise de conteúdo.

Diante disto, a pesquisa teve um caráter importante, pois através dela podemos identificar os desafios e as possibilidades de enfrentamento. Podemos também identificar qual e relevância da Política de Assistência Social para a população que dela necessita e se esta vem sendo efetivada como preconizada pela Lei Orgânica de Assistência Social visto que a assistência social é um direito e deve ser descentralizada. Sendo assim, a pesquisa se justifica pela sua relevância científica, pois a Assistência Social é imprescindível para aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho e não tem nenhuma renda, portanto o trabalho dos Assistentes Sociais é indispensável, pois este profissional tem um olhar diferenciado devido o seu embasamento teórico.

Para compreendermos os desafios e limites enfrentados pelos Assistentes Sociais no seu cotidiano profissional no CRAS primeiramente temos que compreender o contexto histórico, por isso pretende-se abordar no primeiro capítulo o contexto histórico que traz grandes consequências para os dias atuais, bem como discutir o que é reestruturação produtiva, e as consequências que ela traz para a vida do trabalhador assim como os desafios que gera para os profissionais de Serviço Social e o papel do Estado frente a esse novo regime de acumulação.

No Brasil a assistência social ainda é vista por muitos como caridade, no entanto ela é um direito reconhecido por lei, no segundo capítulo iremos abordar o que é a assistência social, buscando desmistificar a visão equivocada que muitos têm sobre ela. A assistência é uma política pública e não um favor concedido a uma parcela da população como alguns pensam.

Apesar das conquistas sociais alcançadas com a Constituição Federal de 1988, o Brasil vive uma contrarreforma que não vem permitindo que as conquistas sociais fossem a frente. O Brasil passa por um período conturbado, devido às crises que está enfrentando. O capital começou a atacar a Constituição Federal de 1988 sob o discurso de que os gastos do governo com a Assistência Social são demasiadamente exagerados, e conseguiu obter o apoio do Estado que por sua vez começou a privatizar as empresas estatais e a criar políticas focalistas e seletivas privilegiando o capital e transferindo sua responsabilidade para a sociedade. O Sistema Único de Assistência Social se propõe a mudar este panorama, tendo que enfrentar grandes desafios e dificuldades.

Por fim iremos discutir no terceiro capítulo sobre o Serviço Social e como este é utilizado no controle social, bem como as contradições que permeiam a profissão, pois seu compromisso é com a liberdade, a equidade e a justiça social, no entanto, há uma disputa de projetos que tenta levar o Serviço Social a seu passado conservador. O Serviço Social também é imprescindível na implementação das políticas sociais. Devido certa autonomia que o Assistente Social possui ele pode criar junto com os usuários alternativas para outros projetos ao proposto pelo seu empregador.

O referencial teórico é indispensável, pois é através dele que o Assistente Social vai poder fazer uma análise correta da realidade dos sujeitos, fugindo dessa forma de práticas fragmentadas e pragmáticas, sendo assim o profissional deve fazer uma análise totalizante da realidade vivenciada pelo sujeito. As ações socioeducativas realizadas pelos Assistentes Sociais na Assistência Social têm como finalidade o acesso dos usuários aos seus direitos, portanto o Assistente Social possui um papel fundamental que é a socialização da informação e a formação de consciência crítica para que os usuários possam participar do controle social. Dessa maneira as entrevistas foram analisadas com autores como Iamamoto e Carvalho (2012) e Miotto (2009), bem como os autores dos capítulos um e dois que nos proporcionaram reflexões do exercício profissional.

1 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

1.1 Transformações Societárias do Fordismo à Acumulação Flexível

Os autores Harvey (1989) e Netto (1996) vão discutir sobre o novo regime de acumulação que surge e impacta diretamente a vida do trabalhador e sua forma de produzir e se reproduzir, como as características desse novo regime, temos a redução e a precarização dos postos de trabalho de um lado e do outro uma exigência maior sobre o trabalhador, para que ele seja mais flexível e qualificado.

A partir da década de 1960 o fordismo entra em crise e abre caminho para um novo sistema mais flexível do que ele. Segundo o autor David Harvey (1989), houve uma desvalorização do dólar, causada pela queda da produtividade e da lucratividade corporativa a partir de 1966 e onde também ocorreu a perda da hegemonia fordista nos Estados Unidos, passando a competir com outros países que se industrializaram.

As transformações societárias que surgiram a partir da década de 1970 devido à crise do capital monopolista se tornaram cada vez mais evidentes. No período de 1974 a 1975 o capital internacional passa por uma recessão da economia, chegando ao fim as “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista, por conseguinte a economia para de crescer e se inicia uma longa recessão. A partir de então o capital monopolista passa a utilizar novas estratégias para enfrentar a crise, deixando dessa forma mais evidente as contradições causadas por ele e também dá início as transformações societárias (NETTO, 1996).

O fordismo deixou claras as contradições causadas pelo capitalismo, não conseguindo dessa forma contê-las. Tentou-se superar a rigidez através do aumento da impressão de moeda, agravando a situação, pois quando se produz uma grande quantidade de moeda sem controle há uma desvalorização da mesma, isso também acarretou uma grande inflação, somando-se a isso a crise do petróleo, pois dependiam do petróleo que importavam e houve um aumento no valor do mesmo bem como a sua embargação. As fábricas tiveram que parar de produzir, pois seus pátios estavam cheios, porém não conseguiam vender o que produziram, isso os obrigou a tomar medidas como racionalização, reestruturação e intensificação do controle de trabalho.

A partir das décadas de 1970 e 1980 com a reestruturação produtiva começa a surgir ocupando o lugar do fordismo a acumulação flexível, de acordo com o autor Harvey (1989):

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto crescimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1989, p.140)

O grande capital passou a se flexibilizar cada vez mais e utiliza a tecnologia e a informática para melhorar sua produção, bem como a tecnologia da comunicação, no entanto o regime de acumulação flexível bem como a revolução tecnológica afeta diretamente o mundo do trabalho e a classe trabalhadora é quem mais sofre com as mudanças ocorridas. Com o processo de globalização há um acirramento da competição entre os monopólios.

A mudança ocorrida no espaço e no tempo causado pelo processo de globalização provoca um aparente encolhimento do espaço, essa mudança Harvey (1989) chamou de compressão espaço tempo. No processo de globalização recebemos informação em tempo real o tempo todo e de qualquer lugar do mundo, o que causa também a disseminação de culturas, valores, ideologias, isso acaba gerando uma impressão da compressão do espaço em relação ao tempo. De certa forma acaba-se perdendo um pouco das características da cultura local.

O regime de acumulação flexível adotado pelo capitalismo trás sérias consequências para a classe trabalhadora que vai ser mais explorada com esse novo regime. No regime de acumulação flexível, conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos pela desregulamentação e flexibilização do trabalho; os trabalhos são precarizados e informais; há uma diminuição dos postos de trabalho, não havendo, portanto emprego para todos; há também um desemprego estrutural, ou seja, o homem é substituído pelas máquinas; os trabalhadores passam a ter que desenvolver novas habilidades, isto é, precisam saber utilizar a tecnologia (informática) e por causa da perda de direitos trabalhistas passam a ganhar menos. Os patrões passam a se aproveitar do desemprego para impor suas regras, e “quem não estiver satisfeito é só pedir para sair”, pois têm outros que querem a vaga, esse discurso é muito

utilizado pelos patrões para amedrontar os empregados e evitar reclamações. Para se compensar a pouca mão de obra os funcionários tem que trabalhar mais e cria-se também mais diferenças entre as classes, bem como aumenta-se a discriminação com relação a idade, sexo e cor.

As consequências citadas à cima são exemplos das causas das expressões da questão social que é a matéria (objeto) de trabalho do Assistente Social, portanto o Serviço Social está ligado ao surgimento da questão social. A questão social surge devido à industrialização que causou um agravamento da pauperização, porém ela não se limita a isso a questão social também é a tomada de consciência da classe trabalhadora que passa a exigir o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado.

Conforme Behring e Santos (2009) a questão social é o elemento que dá concretude ao Serviço Social, bem como é a expressão das contradições próprias do capitalismo. O Serviço Social inicialmente foi requisitado pelo capital para intervir junto aos operários com a finalidade de conter os ânimos dos mesmos para que a produção nas indústrias funcionasse normalmente.

As conjunturas das transformações societárias vão determinar as alterações profissionais, isto é, o seu redimensionamento ou o surgimento de novas profissões, portanto as transformações societárias reconfiguram as necessidades sociais já existentes, como também criam novas, o que atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho (NETTO, 1996).

Os ditos empregos formais vêm dando espaço para os não formais. Os empregos formais estão sendo cada vez mais substituídos pelos contratos, isto é, não são com carteira assinada, subempregos, trabalhos parciais, terceirizados, pois não se tem tantos gastos com os direitos trabalhistas como nos trabalhos formais.

Segundo Harvey (1989, p. 144), existe dois subgrupos de empregados: os “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho”, como por exemplo, secretárias, pessoal do setor financeiro e de trabalho manual menos especializado e os empregados que “oferecem uma flexibilidade numérica ainda maior” como, por exemplo, empregados em tempo parcial, temporários, subcontratação. Ainda segundo o autor houve um aumento destas categorias de empregados nos últimos anos

e esta tendência deve cada vez mais a aumentar. Essas novas condições de trabalho acabam gerando cada vez mais vulnerabilidade, ou seja, com o grande aumento do número de desempregados das fábricas aumenta-se cada vez mais o número de trabalhadores informais, precários, parciais, temporários, terceirizados, subcontratados.

Uma tendência também é a substituição dos homens pelas mulheres, visto que elas ganham menos do que eles, mesmo exercendo a mesma função. Pode-se observar um processo contraditório em que ao mesmo tempo em que se fecham postos de trabalho abrem-se novos postos, o trabalhador tem que buscar se especializar para atender os requisitos da empresa e também por outro lado há uma desqualificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2000).

O “just-in-time” é o melhor aproveitamento do tempo e isso significou um grande avanço para a indústria, pois agora não se produz mais em larga escala, mais de acordo com o mercado consumidor, ou seja se tiver comprador se produz, porém, se não tiver encomendas não se produz, evitando assim ficar com produtos sem vender nas fábricas, visto também que houve um grande avanço na tecnologia e o mercado consumidor exige cada vez mais inovações, por isso ao se produzir em larga escala corre-se o risco de não vender, pois aquele produto logo será substituído por outro mais moderno e inovador. Isso afetou diretamente a vida do trabalhador, que trabalha sobre contratos, pois se tem encomendas contrata-se uma empresa terceirizada para atender a demanda, porém quando o contrato acaba esse trabalhador volta a ficar desempregado e sem nenhuma garantia trabalhista.

Essa nova forma de organização do mundo do trabalho é muito interessante para o capitalismo, tanto do ponto de vista social quanto político, pois ele consegue explorar melhor o trabalhador e, ao mesmo tempo não tem gastos com direitos trabalhistas ou possui gastos menores com os trabalhadores, pois um funcionário exerce a função de quatro ou cinco pessoas dentro da empresa.

Segundo Netto (1996) as transformações no nível social não se reduzem apenas a alterações na estrutura de classes. As alterações também podem ser vistas no perfil demográfico das populações, na expansão urbana, no crescimento das atividades de serviços, na difusão da educação formal, nos novos circuitos de comunicação social, logo são notáveis as transformações no nível social (NETTO, 1996).

De acordo com Netto (1996) a estrutura das famílias está mudando devido às transformações de natureza cultural, ou seja, as mulheres vêm cada vez mais ocupando espaços que antes lhes era vetado, por outro lado os jovens vem contribuindo com a criação de novos valores e rompendo com antigos. Porém uma grande parte da sociedade ainda é vista como “não-sociedade”, são eles: aposentados, crianças e adolescentes, migrantes, trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (NETTO, 1996).

O capitalismo transforma tudo em mercadoria, portanto a cultura afirmada na sociedade tardo-burguesa é a cultura do consumismo. Com a vida social não é diferente, com isso a distinção entre aparência e essência se perde.

O movimento pós-moderno é funcional à lógica cultural do capital e é também um sintoma das transformações da sociedade tardo-burguesa. Nota-se uma desqualificação da esfera pública universalizadora, portanto valoriza-se o individualismo ao invés da sociedade, e também se desqualifica o “direito a diferença” (NETTO, 1996).

As transformações também podem ser notadas no plano político. Enquanto a oligarquia financeira global cresce, as camadas subalternas enfrentam crises notáveis, sendo assim os movimentos sociais passam a se articular e reivindicar seus direitos (NETTO, 1996).

Pode-se notar também a diminuição do Estado no mundo capitalista, ou seja, o Estado é mínimo, portanto há pouca intervenção do Estado no mercado de trabalho. O capital defende um Estado mínimo para as coberturas sociais públicas e direitos sociais, mas um Estado máximo para o capital. O capitalismo não quer a intervenção do Estado no mercado, pois desse modo ele não interfere nos preços dos produtos e serviços, nem na regulamentação de direitos, o que facilita a livre circulação de capital para atingir o desenvolvimento econômico.

É claro que essas conquistas do capital não foram boas para a classe trabalhadora, essas conquistas “custaram-lhe caro”, como seus empregos, diminuição de salários e um forte ataque ao sistema de Seguridade Social. Pode-se notar que houve um aumento da pobreza para a maioria da população. Portanto a acumulação flexível não resolveu nenhum dos problemas causados pelo capital, muito pelo contrário, agravou ainda mais os problemas existentes e criando novos, deixando cada vez mais nítida as contradições sociais (NETTO, 1996).

1.2 Estado Social

A autora Boschetti (2016), utiliza o termo de Estado social para se referir à regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo, porém isso não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista ou qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais.

Trata-se, ao contrário, de tentar lhe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma “feição” social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instância neutra de produção de bem estar. (BOSCHETTI, 2016, p. 24).

Sendo assim apesar do Estado ser chamado de Estado Social, ele não alterou sua essência que continua sendo a exploração da classe trabalhadora para se obter lucro, ou seja, o Estado não faz nada que prejudique o capital, os direitos reconhecidos pelo mesmo são para garantir o consenso e “acalmar os ânimos” dos insatisfeitos.

Segundo Behring e Boschetti (2006 apud BOSCHETTI, 2016), a partir da crise e 1929 houve uma mudança na intervenção do Estado nas relações capitalistas de produção, pois o mesmo passa a induzir as políticas Keynesiano-fordista. Ainda segundo as autoras a intervenção estatal foi de extrema importância na definição de normas e regras e na garantia de fundo público necessário ao surgimento e desenvolvimento das políticas sociais, que passaram a construir novos sistemas de proteção social. As políticas sociais não são o resultado exclusivo das ações da elite “e nem se rende às perspectivas funcionalistas de inspiração marxista que explicam as políticas sociais como exclusiva invenção do Estado capitalista para subsumir a classe trabalhadora às relações capitalistas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006 apud BOSCHETTI, 2016, p.24). As políticas sociais são resultado das relações contraditórias da luta de classes, do Estado e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006 apud BOSCHETTI, 2016).

As conquistas obtidas após a crise de 1929, não foram dadas de presente porque o Estado é bom, pelo contrário para se conseguir o reconhecimento dos direitos foi necessário muita luta e confronto entre as classes sociais, bem como o tensionamento do Estado pela classe trabalhadora para que se reconhecessem os direitos da mesma.

Tão somente podemos falar em sistema de proteção social público a partir da regulação estatal.

Isso porque um sistema de proteção social não é somente a justaposição de programas e políticas sociais, e tampouco se restringe a uma política social, o que significa dizer que a existência de políticas sociais em si não constitui um sistema de proteção social. O que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático planejado de diversas políticas sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais. (BOSCHETTI, 2016, p. 26)

Com o reconhecimento dos direitos sociais e sua universalização obtivemos alguns avanços, como a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais, porém isso ainda não é o suficiente para extinguir de vez as desigualdades sociais, pois segundo a autora Boschetti (2016), Estado social capitalista é o Estado que regula as relações econômicas e sociais e tem como base um sistema de proteção social de natureza capitalista.

Segundo Boschetti (2016) conceitos como Welfare State, Étate Providence e Estado de Bem-Estar Social são conceitos utilizados para explicar e justificar um suposto Estado capaz de assegurar o bem-estar, proteção social e a igualdade social no capitalismo. A intenção do uso do termo Estado social é mostrar que a associação de feições sociais pelo Estado não remove dele sua natureza fundamentalmente capitalista.

Os termos acima citados são utilizados para caracterizar determinadas formas de intervenção estatal na área social e econômica e exprimem as peculiaridades de cada nação, embora sejam usados para se definir a ação social do Estado capitalista que se estabeleceu após a crise de 1929 e que se alargou após a Segunda Guerra Mundial.

O Sozialstaat da Alemanha introduziu com a lei nacional de 1845 a substituição da assistência pelo seguro social, ou seja, objetivava-se associar os direitos dos trabalhadores ao trabalho obrigatório. Sendo assim as conquistas trabalhistas na Alemanha só foram possíveis por causa da luta de classes, porém posteriormente proibiu-se a organização e manifestação socialista. Por conseguinte há uma transferência da questão social para a política legislativa (BOSCHETTI, 2016).

O Sozialstaat da Alemanha alargou o capital, pois não criou um sistema de seguridade social universal, pelo contrário para se ter direito era necessário contribuir, portanto excluía algumas pessoas, pois quem não pudesse pagar não tinha direito, em outras palavras o Sozialstaat, era um sistema de seguro contributivo, que inspirou todo o mundo.

O Welfare State surgiu com a ampliação da lógica securitária e a incorporação de um conceito ampliado de Seguridade Social, influenciado pelas ideias de Keynes¹ e Beveridge². Portanto não podemos confundir o Welfare State com política social, pois os dois são duas coisas bem distintas, a política social é um conceito genérico, enquanto o Welfare State possui um sentido histórico e normativo. O Welfare State tem como base os seguintes princípios: o estado é o responsável pela manutenção das condições de vida dos cidadãos, através da regulação da economia de mercado, para se manter elevado nível de emprego; prestação pública dos serviços sociais universais; a universalização dos serviços sociais; e a ampliação dos serviços de assistência (BOSCHETTI, 2016).

Ao contrário do Sozialstaat, o Welfare State possui um caráter mais universal, pois visa prover as condições para que a classe trabalhadora possa viver com dignidade e acessar os serviços que tem por direito.

¹ John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista britânico cujos ideais serviram de influência para a macroeconomia moderna tanto na teoria quanto na prática. Defendeu uma política econômica de Estado intervencionista, através do qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos- recessão, depressão e booms. Suas ideias serviram de base para a escola de pensamento conhecida como economia keynesiana. Keynes é amplamente considerado o pai da macroeconomia moderna e, de acordo com comentaristas como John Sloman, é o economista mais influente do século XX. Além de ser um economista, Keynes era também um funcionário público, um patrono das artes, um diretor de Banco da Inglaterra, um conselheiro de várias instituições de caridade, um escritor, um investidor privado, um colecionador de arte, e um fazendeiro. (www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=1923)

² O economista e reformista social britânico William Henry Beveridge (1879-1963) elaborou em 1942 o Report on Social Insurance and Allied Services, famoso Plano Beveridge, visando libertar o homem da necessidade. Propôs, assim, que todas as pessoas em idade de trabalhar deveriam pagar uma contribuição semanal ao Estado. Esse dinheiro seria posteriormente usado como subsídio para doentes, desempregados, reformados e viúvas. Os subsídios deveriam então tornar-se um direito dos cidadãos, em troca de contribuições, em vez de pensões dadas pelo Estado. Segundo Beveridge, este sistema permitiria um nível de vida mínimo, abaixo do qual ninguém deveria viver. Instituiu um modelo de segurança no rendimento, contra todo o risco que ameace o rendimento regular dos indivíduos. Surge, a partir de então, o modelo estadual de apoio à família, assistência na doença e controlo do desemprego. Assim podemos dizer que foi a base da criação de um sistema de segurança social que apoiasse a população nos momentos de maior dificuldade, garantindo um nível mínimo de vida com condições mínimas de saneamento básico e alimentação. (<http://oficinadahistoriad.blogspot.com.br/2010/05/o-economista-e-reformista-social.html>)

O Welfare State possui três pilares, são eles: a educação pensada por Butler³ que é um conservador, os seguros pensado por Beveridge que é um liberal e por último a saúde pensada por Bevan⁴ que é um socialista é, portanto daí que advém seu caráter misto (BOSCHETTI, 2016).

Um dos erros mais comuns no que se refere ao Welfare State é a utilização do mesmo para se referir a todo tipo de política social implementada. De acordo com Boschetti (2016, p.41) “imprecisões existentes podem levar a interpretações e compreensões equivocadas ou limitadas sobre o papel do Estado capitalista na garantia de políticas sociais como mediação na reprodução do capital.” Portanto podemos concluir que a seguridade social faz parte do Welfare State, porém o mesmo não se limita a isso, ou seja, o Welfare State que surge após a Segunda Guerra Mundial “designa uma configuração específica de políticas sociais.”

Podemos observar que os conceitos possuem ligação com a história de cada nação. Na França não é diferente. *État Providence* francês surgiu como forma de criticar a ação do Estado. Atualmente este conceito assemelha-se ao conceito de Welfare State, pois incorpora:

A ideia da responsabilidade estatal na regulação do mercado, com vistas a responder a situações de riscos pessoais e sociais. Mas, difere tanto no sentido mesmo da expressão (enquanto o primeiro tem uma conotação, positiva de bem-estar, o segundo está associado à ligação entre Estado e

³ Butler foi responsável pela Lei de Educação de 1944 que criou o padrão para a educação secundária pós-guerra na Grã-Bretanha. Ele era uma figura-chave no Partido Conservador na década de 1950. Richard Austen Butler - que sempre foi conhecido como 'Rab' - nasceu em 9 de dezembro de 1902 na Índia. Ele foi educado na Universidade de Cambridge e em 1923 tornou-se membro conservador do parlamento para o Saffron Walden. Ele ocupou uma série de posições ministeriais juniores na década de 1930. Em fevereiro de 1938, ele se tornou sub-secretário de Estado para assuntos estrangeiros. Em 1941, no entanto, Butler tornou-se presidente do conselho de educação na coalizão de guerra de Winston Churchill. Aqui ele supervisionou a Lei de Educação que popularmente tem seu nome - o ato que introduziu ensino secundário gratuito pela primeira vez no Reino Unido. Quando os conservadores voltaram ao poder em 1951, Butler tornou-se chanceler do tesouro. De 1957 a 1962, Butler foi secretário de casa, e também serviu como secretário estrangeiro em 1963-4. Butler morreu em 8 de março de 1982. (www.bbc.co.uk/history/historic_figures/butler_rab.shtml)

⁴ Aneurin Bevan foi um dos mais importantes ministros do governo trabalhista do pós-guerra e arquiteto-chefe do Serviço Nacional de Saúde. Aneurin Bevan nasceu em 15 de novembro de 1897 em Tredegar, no País de Gales. Seu pai era um mineiro e a pobre família da classe trabalhadora em que Bevan cresceu deu-lhe experiência de primeira mão sobre os problemas de pobreza e doença. Bevan deixou a escola aos 13 anos e começou a trabalhar em uma mina de carvão local. Ele se tornou ativista sindical e ganhou uma bolsa para estudar em Londres, onde ele se convenceu pelas ideias do socialismo. Em 1929, Bevan foi eleito membro do Partido Trabalhista do Ebbw Vale. Durante a Segunda Guerra Mundial, Bevan foi um dos líderes da esquerda na Câmara dos Comuns. Em 1945, Bevan foi nomeado ministro da Saúde, responsável pelo estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde. Em 1951, Bevan foi transferido para se tornar ministro do Trabalho. Em 1959, Bevan foi eleito vice-líder do Partido Trabalhista. Ele morreu em 6 de julho de 1960. (www.bbc.co.uk/history/historic_figures/bevan_aneurin.shtml)

Providência) quanto na definição de sua emergência. (BOSCHETTI, 2016, p. 42)

Assim como na Inglaterra a Seguridade Social faz parte do Welfare State; na França não foi diferente a Seguridade Social é entendida como uma dimensão do État Providence, no entanto não se limita a ele.

Assim sendo podemos dizer que “a seguridade social não se confunde e nem é sinônimo de Welfare State, État Providence ou Sozialstaat” (Boschetti, 2016, p. 44), no entanto é um componente primordial dos mesmos. É necessário se ter uma compreensão adequada da seguridade social de cada país, pois somente dessa forma vamos entender a natureza do Estado social. Cabe, portanto fazer outra consideração, a seguridade social não se confunde e nem se reduz ao seguro social. Apesar das diferenças existentes entre cada país, podemos notar três elementos históricos em comum entre eles que são: os seguros, a saúde e as prestações assistenciais (BOSCHETTI, 2016).

No Estado social capitalista, a cidadania é contraditória, pois se de um lado ela tensiona o Estado para que reconheça seus direitos e efetive os mesmos, pois não basta tensionar para que se reconheça, pois muitos direitos são reconhecidos por lei, porém na prática não são efetivados, por outro lado ela também ajuda na manutenção do capital, favorecendo o mesmo, essa cidadania é o que Boschetti (2016) chamou de cidadania burguesa.

O Estado social não consegue superar as desigualdades através dos direitos sociais e nem se propôs a tal.

Desde sua origem, a relação entre a ampliação de ações sociais pelo Estado e a garantia de direitos sociais na sociedade capitalista, ou seja, na reprodução das relações sociais, possui um caráter reformista no sentido de “reformular” o Estado na direção de manter sua natureza capitalista, mas ampliar suas funções sociais. (BOSCHETTI, 2016, p. 47).

Podemos afirmar que nunca houve uma ruptura entre o Estado liberal e o Estado social, a diferença entre eles é a de que o Estado social não atende somente os interesses da classe burguesa assim como não atende apenas os interesses da classe trabalhadora. Logo as ações do Estado na sociedade ora atende os interesses de uma classe, ora atende os interesses de outra classe, porém é preciso ter clareza de que o Estado tende a privilegiar a classe

burguesa, portanto as conquistas feitas pela classe trabalhadora só foram possíveis por causa das lutas de classes ao longo da história. Outro ponto que merece destaque é o fato de que o capital apenas reconheceu os direitos da classe trabalhadora, para manter sua dominação e também para continuar a se reproduzir.

Apesar de o Estado social ter ampliado os direitos da classe trabalhadora e dessa forma ter melhorado as suas condições de vida, no entanto os trabalhadores continuam não tendo acesso aos meios de produção, por conseguinte continuam sendo explorados, e a distribuição dos meios socialmente produzidos permanece de forma extremamente desigual, isto é, a maior parte da riqueza produzida permanece concentrada nas mãos de poucos, enquanto a maioria das pessoas não tem acesso ou fica com uma pequena parte da riqueza que elas ajudaram a produzir. “A emancipação política é o reconhecimento de direitos no âmbito do Estado político, do Estado como república, sem que isso implique qualquer superação das relações capitalistas” (BOSCHETTI, 2016, p. 56).

A emancipação política está, portanto, relacionada ao reconhecimento legal e prático do direito de cidadania na sociabilidade capitalista. A essência da emancipação política é a relação entre Estado político e sociedade burguesa, ou, em outras palavras, ao reconhecimento dos direitos do cidadão pelo Estado no capitalismo. (BOSCHETTI, 2016, p. 57).

Portanto como já foi dito a emancipação política é o reconhecimento do direito de cidadania, no entanto isso não significa que irá se acabar com as desigualdades geradas pela exploração da classe trabalhadora por parte do capital, muito pelo contrário mesmo sendo reconhecido e até mesmo efetivado os direitos as desigualdades sociais e a exploração continuam existindo e convivendo com a cidadania.

A emancipação dos direitos sociais possibilitou alguns avanços, como a redução das desigualdades e acesso a certos bens e serviços, porém o trabalhador ainda continua tendo que vender sua força de trabalho para sobreviver. No entanto a emancipação humana ainda continua sendo impossível no capitalismo (BOSCHETTI, 2016).

Apesar da emancipação dos direitos humanos ter possibilitado alguns avanços como, saúde universal, escolas gratuitas, direito a férias, a aposentadoria, auxílio doença, programas de assistências que visam erradicar a miséria, dentre outros, a exploração do trabalhador continua a existir, pois ela é uma característica intrínseca ao capitalismo, portanto a

emancipação humana não é possível no capitalismo, pois para que ela exista é necessário que se acabe com a dominação, a exploração e a privação de direitos presentes no atual regime e possibilite a liberdade de escolha dos indivíduos.

A emancipação política é a superação algumas de características de produção pré-capitalistas, e possibilita a liberdade e igualdade formal e só foi possível por causa da luta dos sujeitos coletivos pelos seus direitos. Já a emancipação humana ao contrário da emancipação política não é orientada pela propriedade privada e não há Estado burguês, portanto ela possibilita a igualdade e liberdade substantivas, no entanto para isso é necessário que haja a conquista do poder político. “A luta e conquista pelos direitos de cidadania, contudo, não podem e não devem significar contentamento com a emancipação política e com o Estado Social.” (BOSCHETTI, 2016, p.59).

O Estado Social apesar desse nome não possui um comprometimento com a classe trabalhadora, pelo contrário seu compromisso é com o capitalismo. No entanto o Estado possui um papel importante na regulamentação dos direitos, bem como sua universalização, por conseguinte uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora. A transição do padrão fordista para o flexível vai afetar o Estado Social fazendo regredir muitas conquistas. O Estado agora passa a intervir menos nas relações trabalhistas e também ocorre à redução do aparelho estatal, isso representa um grande retrocesso no que se refere às conquistas históricas da classe trabalhadora pelo reconhecimento dos seus direitos, pois agora o Estado transfere para a sociedade algumas responsabilidades, como por exemplo, garantir trabalho, que são suas.

1.3 Assistência Social Caso Brasileiro

No Brasil as transformações societárias ocorrem com algumas peculiaridades, pois se trata de um país periférico, subdesenvolvido e subalterno, podemos ver os impactos causados pela crise do capital na década de 70 na Política de Assistência Social (NETTO, 1996).

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição cidadã, representa um grande avanço, pois a Seguridade Social passa a ser reconhecida como direito, embora fosse fragmentada e o momento político não fosse favorável. O tripé da Seguridade Social é a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social. Do ponto de vista teórico, podem-se notar

as contradições e possibilidades de favorecimento da classe trabalhadora, porém quando a acumulação capitalista assume a função de reprodução ampliada da superpopulação relativa⁵ num contexto onde há um aumento do pauperismo e uma precarização do trabalho seu significado e funcionalidade favorecem a acumulação capitalista. Já do ponto de vista político- social, quando o capital entra em crise, à assistência social é traiçoeiramente capturada por estratégias conservadoras, utilizando-se do Estado para eleger quem merece ser incluído ou não em uma determinada política (BOSCHETTI, 2016).

Quando o capital entra em crise ele cria estratégias para utilizar as leis de maneira a favorecê-lo e para isso conta com o apoio do Estado. Os primeiros “gastos” a serem cortados pelo Estado devido à crise é com a assistência social, utilizando-se de um discurso de que é preciso reduzir gastos para se conseguir superar a crise financeira, porém o Estado continua criando meios, como por exemplo, isenções fiscais, para garantir que o grande capital continue a se reproduzir, e para isso se necessário ele utiliza o recurso público. Com a crise o fundo público, ou seja, a soma de todo o dinheiro arrecadado pelo Estado passa a ser vigorosamente disputado, por conseguinte temos a desregulamentação e destruição de direitos sociais, para se manter a reprodução do capital.

Segundo a autora Boschetti (2016) a Assistência Social e a Previdência Social são regidas por lógicas diferentes, mas ao mesmo tempo buscam responder a situação de não trabalho no capitalismo através da proteção. Porém a seguridade social no Brasil vem cada vez mais se fragmentando devido a regras específicas para cada política, e como se não bastasse há uma execução desarticulada e autônoma das mesmas, além disso, a desestruturação do trabalho destruiu a possibilidade de consolidação da seguridade social pública no Brasil, bem como as condições de trabalho que limitou a universalização da mesma.

⁵ “Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos. Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante. Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1996, p.260-261).

A assistência social apresenta grandes desafios para ser efetivada como direito. Embora o sujeito tenha direito ele encontra dificuldades para acessá-lo, devido aos critérios de elegibilidade dos programas sociais. Mesmo que às vezes consiga-se ter acesso e ser incluído em algum programa social, o dinheiro que os beneficiados ganham é insuficiente para prover todas as necessidades básicas do indivíduo, sendo assim o dinheiro ajuda-o a sobreviver, e ainda assim não é suficiente quanto mais para se viver com dignidade.

Os Assistentes Sociais devem lutar pela ampliação dos direitos, pelo acesso a bens e serviços públicos de qualidade e lutar pela igualdade de condições, mas para isso é necessário ter plena consciência do seu Projeto Ético- Político e de suas atribuições e competências que devem orientar e direcionar a sua intervenção na política de assistência social (BOSCHETTI, 2016).

De acordo com Boschetti (2016), é preciso saber qual o lugar da assistência social na proteção social capitalista. A assistência social é uma política que faz parte da proteção social, no entanto não deve ser confundida com a mesma, pois a proteção social não se resume a assistência social nem tampouco deve ser defendida como a política de enfrentamento da miséria e da pobreza, muito menos promover a inserção no trabalho, pois a assistência social deve-se articular com os demais direitos assegurados pelas outras políticas, para se conseguir uma proteção social mais ampla. Conforme Boschetti (2016) a assistência social pode ser um meio para fortalecer as lutas políticas organizadas de resistência à barbárie capitalista, de acesso a bens e serviços públicos e também como espaço de mobilização para defender a emancipação política.

Sendo assim a assistência social deve estar associada às outras políticas sociais para se obter um sistema de proteção social, pois a mesma necessita das demais políticas de emprego, saúde, educação, previdência, habitação, transporte e assistência para conseguir atender de forma digna o cidadão, ou seja, somente a assistência social não consegue proteger o cidadão.

Apesar de todas as limitações e desafios que envolvem a assistência social, ainda assim ela se constitui como um grande avanço para a classe trabalhadora, pois uma vez que os direitos são reconhecidos como tal, fica menos descomplicado lutar pela efetivação dos mesmos, embora a classe trabalhadora precise sempre estar tencionando o Estado e se organizando em movimentos sociais e recorrendo aos sindicatos para que obrigue tanto o

Estado quanto o capital a reconhecer e efetivar os seus direitos, amenizando dessa forma a desigualdade social.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, não ocorreram transformações positivas para a população, pois se tornou um alvo do grande capital que continuou avançando, mesmo após a tentativa de “transição democrática”. Os governos de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso mantiveram um compromisso com os interesses do capital, facilitando assim a consolidação do neoliberalismo⁶ no Brasil. No entanto as propostas do capital que se pretendia implementar colidiam-se com os interesses democrático-populares. Segundo Netto (1996), o Brasil está sintonizado com os interesses do capitalismo tardio.

Aqui no Brasil:

As transformações societárias em curso no capitalismo tardio que se “flexibiliza” vão se processar combinando as suas sequelas específicas com a cronificação daquelas que marcaram a “modernização conservadora” operada pela ditadura do grande capital e não foram senão agravadas subsequentemente. (NETTO, 1996, p.105)

Como vimos às transformações que ocorreram no Brasil apresentam algumas peculiaridades, pois se trata de um país periférico e subdesenvolvido, em comparação a outros países, o Brasil não teve, por exemplo, um Estado de bem estar social, pois manteve a exclusão de determinados segmentos da classe trabalhadora, além disso, os poucos serviços existentes eram de péssima qualidade. Um dos desafios a serem superados é o fato de que nem todas as pessoas que necessitam da assistência social têm acesso à mesma, portanto é necessário continuar lutando para que os direitos sejam efetivados, bem como por um sistema participativo na assistência social e para que o Estado não continue reduzindo suas intervenções sociais e diminuindo sua ação reguladora.

⁶ “O neoliberalismo se apresenta enquanto proposta de modelo de acumulação imediatamente após a segunda guerra mundial. Assim, aparece inicialmente como um programa teórico de organização social. Nasce teoricamente em um momento em que o modelo pós-guerra de sociedade, ou seja, o Estado de bem estar social se estabelece. Porém, apenas passa a vigorar quando esse mesmo modelo entra em crise e o modelo alternativo ao capitalismo então experimentado pela União Soviética passa a ruir. Situação em que as leis do mercado passam a ditar as relações sociais sem nenhuma regulação extra- econômica” (LIMA, 2016, p.5).

1.4 Impactos das Transformações no Serviço Social

Como discutido anteriormente as transformações societárias causadas pela reestruturação produtiva evidenciaram as desigualdades causadas pelo mesmo e fez com que surgissem novos problemas além dos que existiam, isso impactou diretamente a vida do trabalhador, incluindo a dos Assistentes Sociais que terão novos desafios a serem enfrentados, o que exigirá do profissional criatividade, pois além disso terá que enfrentar a falta de estrutura e material, bem como a redução dos postos de trabalho.

Segundo o autor Netto (1996), o período em que vivemos é marcado por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e também as profissões. Portanto não são somente as relações sociais que são afetadas mais também a classe que vive do trabalho, sendo assim o Serviço Social também é afetado diretamente, pois está inserido na divisão sociotécnica do trabalho e assim como outros trabalhadores os Assistentes Sociais são trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para sobreviver.

As profissões não são apenas resultados dos processos sociais, mas também dão respostas aos mesmos através de seu aparato teórico e prático. Sendo assim as alterações profissionais surgem da difícil interação entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo que é constitutivo de cada profissão (NETTO, 1996).

Segundo Netto (1996), o contingente das pessoas desprotegidas tende a aumentar, porém o Estado não pretende aumentar as coberturas, o Estado está se reduzindo também como espaço de inserção profissional para os Assistentes Sociais, seja acabando com as coberturas políticas ou sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm. Portanto, enquanto há um aumento dos segmentos desprotegidos de um lado do outro há uma diminuição do Estado e dos espaços de trabalho para os Assistentes Sociais. Pode-se observar também que há uma perda dos direitos sociais conquistados, e que muitos profissionais estão apostando nas ONGs como saída profissional.

Nas instituições estatais pode se observar uma flexibilização e restrição das coberturas, enquanto nas empresas privadas o que se destaca é a alteração das atribuições e papéis profissionais, outra tendência é a terceirização do trabalho dos Assistentes Sociais, com o intuito de se reduzir vínculos empregatícios com as empresas estimulando-se a iniciativa

pessoal (NETTO, 1996). Assim como ocorre com tantas outras áreas profissionais com o Serviço Social não é diferente, há um aumento no número de contratos, pois dessa forma corta-se gastos com direitos trabalhistas e o profissional fica desprotegido sendo obrigado a ter muitas vezes que trabalhar em vários lugares para conseguir sobreviver.

Com a criação de leis como: cotas para negros e pardos bem como para estudantes de colégio público a classe empobrecida passa a ingressar nas faculdades, porém carrega a defasagem de sua formação. Sendo assim percebe-se que o perfil socioeconômico dos alunos de Serviço Social vem sendo alterado, cada vez mais nota-se que são de médio-baixas e baixas camadas urbanas, bem como também há um empobrecimento do universo cultural do aluno, portanto se tem a necessidade de maior qualificação intelectual e cultural (NETTO, 1996). Isso ocorre porque a classe empobrecida que passou a ocupar o universo das universidades a partir dos anos 2000 (governo Lula) possui um ensino defasado, que não é de qualidade e também não tem acesso à cultura.

Muitas pessoas utilizam um discurso que qual quer um pode fazer Serviço Social, ou seja, não é necessário se ter grande conhecimento teórico e nem fazer grandes análises para ser um Assistente Social. Essa é uma visão equivocada da profissão.

Um problema que a profissão enfrenta é a legitimidade social. Apesar de o Serviço Social ter conseguido romper com o conservadorismo ele ainda não conseguiu se consolidar como uma “nova legitimidade” junto às classes subalternas, o Serviço Social disputa papéis com outros profissionais em áreas antes legitimadas pelos Assistentes Sociais. Somente através de competências sociopolíticas e teórico instrumentais é que se pode promover a (re) legitimação profissional (NETTO, 1996).

Ainda segundo o autor Netto (1996), o Serviço Social comete alguns equívocos que devem ser evitados, são eles: “a fuga para o futuro”, ou seja, há uma preocupação com as possibilidades de desenvolvimento futuros, ao invés de se preocupar com as dificuldades presentes. O outro equívoco é converter a prospecção em operação especulativa, ou seja, a partir de considerações abstratas da vida social tende-se a especular uma conclusão fictícia como se fosse real sobre o cenário do futuro (NETTO, 1996).

O Serviço Social deve pensar nas possibilidades de enfrentamento dos desafios e limites no presente, pois se pensar somente no que se pode fazer no futuro o profissional não

vai criar meios para se superar os desafios que surgem bem como também não vai lutar para a garantia dos direitos da classe trabalhadora, sendo assim não vai criar estratégias para se modificar a realidade em busca da defesa e ampliação dos direitos. O Assistente Social tem que buscar sair da aparência para chegar à essência, portanto ele tem que fazer uma leitura correta da realidade, para não criminalizar os indivíduos que sofrem com as duras consequências da questão social e também para se evitar uma prática imediatista e pragmática.

As transformações societárias incidentes da nossa sociedade estão se modificando por causa das demandas do mercado de trabalho. Por outro lado tivemos avanços no Brasil no que se referem à democratização da sociedade, avanços esses gerados pela Constituição Federal de 1988, que possibilitou a consagração de direitos sociais, alargou os espaços para intervenção profissional e também transformações estatais. Devido a nossa sociedade ser tardo-burguesa periférica isso torna os usuários do Serviço Social muito heterogêneos, pois se mesclam demandas “tradicionais” e “novas”, exigindo cada vez mais criatividade dos assistentes sociais (NETTO, 1996).

Não podemos negar os avanços que tivemos com a Constituição Cidadã de 1988, porém é necessário que se continue lutando pelo reconhecimento dos direitos e mais do que isso que se continue lutando para que se não perca os direitos que já foram conquistados, visto que tivemos muitos retrocessos devido o novo regime de acumulação flexível, que agravou os problemas existentes e geraram novos. Esse quadro se constitui como um grande desafio para o Serviço Social que vai ter que lidar com as velhas e novas expressões da questão social que se apresentam para ele no seu cotidiano profissional.

Na prática o profissional tem conquistas significantes, porém impasses também. Os desafios enfrentados pelos profissionais causados pelas transformações societárias são inúmeros. Os profissionais tomam uma atitude defensiva em relação às novas demandas por serem condicionados ainda a um conservadorismo em relação a seus papéis e atribuições e por isso não tem uma atitude ousada o que gera uma perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996).

O Serviço Social antes possuía uma prática psychologizante, atribuía ao trabalhador a culpa por ele não conseguir ingressar no mercado de trabalho, orientava as donas de casa

como cuidar da casa e os trabalhadores a não questionar, mas a aceitar o que o patrão impunha, além do direito ser visto e tratado como caridade e benesse.

Segundo Netto (1996), foi a partir da década de 1980 que o Serviço Social amadureceu sua elaboração teórica e desenvolveu uma especialização. Portanto politização profissional possibilitou o enfrentamento da efetivação do conservadorismo, e a ruptura com o mesmo possibilitou a renovação teórico-cultural da profissão (NETTO, 1996).

Devido à dinâmica das relações capitalistas que causam profundas desigualdades na sociedade necessita-se de um profissional para intervir nesse contexto de contradições. O Serviço Social, portanto é requisitado para intervir, e dar respostas qualificadas as demandas e converter a possibilidade em realidade.

Há uma luta pela hegemonia, ou seja, qual classe e qual ideologia vão dominar. O Estado é um espaço de disputa das classes, por isso a importância do Serviço Social trabalhar junto à classe subalterna ou empobrecida para tencionar o Estado a garantir e efetivar os direitos dos mesmos. A categoria profissional do Serviço Social é heterogênea, mas é preciso sempre ter em mente qual é o compromisso ético-político da profissão. O Código de Ética Profissional de 1993 representa um grande avanço para a categoria, mas não se limita a isso ele também trás qual é a direção social que a profissão deve ter, isto é, a luta contra a exploração do grande capital. Portanto o Serviço Social tem o compromisso com a liberdade, a democracia, o pluralismo, a equidade e a justiça social previsto no Código de Ética.

O conservadorismo e após-modernidade lutam contra a direção social que se posiciona contra o conservadorismo. Segundo Netto (1996), as raízes antimodernas do conservadorismo que está vinculada as origens do Serviço Social no Brasil, lutam contra os avanços da profissão e incorporam muitas concepções pós-modernas a mesma.

É necessário enfrentar o conservadorismo e também a pós-modernidade em defesa da direção social estratégica, para isso é preciso de coragem cívica e intelectual, ou seja, se posicionar contra a corrente política de nosso tempo e também analisar as transformações societárias compreendendo suas tendências, reconhecer as dificuldades teóricas e também utilizar a teoria marxista para apreender o sentido das transformações societárias. (NETTO, 1996)

Somente conseguiremos enfrentar os desafios postos se estivermos preparados para isso, ou seja, é preciso ter clareza de qual é o nosso aporte teórico e qual o nosso compromisso ético-político, para conseguirmos avançar na direção social de nossa profissão.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

2.1 Trajetória Histórica da Assistência Social no Brasil

A Assistência Social no Brasil desde seus primórdios estava ligada a ações de benemerência e caridade. A partir da década de 30 os trabalhadores informais sem carteira assinada estavam sob a responsabilidade da filantropia oriunda da igreja. O Estado passa a intervir nos casos mais graves de pobreza da sociedade.

Segundo a autora Yazbek (2008), Assistência Social brasileira está ligada a benemerência e ações filantrópicas, transferindo a responsabilidade do Estado para a sociedade civil.

A assistência social muitas vezes é confundida com assistencialismo, ou ainda pior é usada como moeda de troca por políticos, para conseguir votos da população, além de sofrer com o desprezo de que se constitui como parte da proteção social.

A Assistência Social foi historicamente, no contexto brasileiro, detida pelas instituições religiosas e utilizada como “moeda de troca” política, seja na zona urbana, seja na zona rural, com o poder dos coronéis. O Estado varguista criou grandes instituições, como a LBA, que não fugiu à lógica da benemerência, do primeiro-damismo e do “favor aos pobres”: a política social de assistência sempre foi, portanto, cunhada pela ótica do favor, a serviço da manutenção da miséria e dos interesses das elites brasileiras. (PEREIRA, 2017, p. 4)

Outro aspecto negativo é o fato de ver assistência social como um meio que possa estimular o pobre a depender da mesma e dessa forma se acomodar e não buscar meios para superar ou sair da situação em que se encontra, ou seja, deixar de depender do Estado para sobreviver, visto que isso só é tolerado, pois não há emprego para todos e, portanto nem todos conseguem se inserir no mercado de trabalho.

O surgimento da Constituição Federal de 1988, no Brasil ocorre em um período conturbado, pois surge num período em que há uma diminuição das responsabilidades públicas. Em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) passa a regulamentar a Assistência Social como direito não contributivo e simboliza um avanço para a política de assistência social no Brasil. “Sem dúvida, uma mudança substantiva na concepção de

assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública” (YAZBEK, 2008, p.16).

A Assistência Social é ou deveria ser o meio pelo qual se estabelece o mínimo que um cidadão pode chegar. Dessa forma a Assistência Social como campo de efetivação de direitos é, (ou deveria ser) política estratégica, não contributiva, voltada para a construção e provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros. (YAZBEK, 2008, p.16)

As políticas sociais no Brasil tinham como base a contribuição, ou seja, só tinham direito aqueles cidadãos de carteira assinada. O direito básico não requer qualquer tipo de contribuição dos beneficiários, portanto a assistência social no Brasil apresenta duas funções: “resgatadora e concretizadora de direitos” e “mantenedora dessa participação” (PEREIRA, 2001, p. 227).

Segundo a autora Pereira (2001), a transformação da Assistência Social em política pública no Brasil teve grande resistência, pois se constitui como uma revolução para o campo da proteção social, portanto é necessário mudar concepções, paradigmas, legislação e diretrizes operacionais. Sendo assim para a autora falar de Assistência Social como política é falar de um processo racional, ético e cívico (PEREIRA, 2010).

“Racional, porque toda a política de intervenção na realidade, assumida pelos poderes públicos, com o aval e controle da sociedade, deve resultar de um conjunto articulado e discernido de decisões coletivas [...]” (PEREIRA, 2001, p. 220). Portanto, refere-se a um processo de escolha e decisões coletivas, com o objetivo de construção de planos de ação que visa atender as necessidades sociais (PEREIRA, 2010).

“Ético, porque o combate às iniquidades sociais, [...] constitui uma responsabilidade moral que nenhum governo sério deve abdicar” (PEREIRA, 2001, p. 220). Segundo a autora Pereira (2001), é moralmente condenável o ato de ver as calamidades e não fazer nada é necessário oferecer condições básicas ou suficientes para o indivíduo poder viver e exercitar a sua capacidade social de participação, este princípio deve optar pela justiça social como a essencial referência da política de assistência social.

Por último cívico:

“[...] porque deve ter vinculação inequívoca com os direitos de cidadania social, visando concretizá-los. Concretizar direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em respostas às suas necessidades sociais”. (PEREIRA, 2001, p. 221)

Os direitos de liberdade negativa negam a interferência do Estado na liberdade, diferem-se, portanto, dos direitos sociais, pois são orientados pela igualdade e justiça social (PEREIRA, 2001). Assim sendo, enquanto os direitos de liberdade negativa negam a interferência do Estado no âmbito individual (civis e políticos), ou seja, nos assuntos privados, os direitos sociais preveem que o Estado deve providenciar o que for devido ao cidadão, como moradia, saúde, alimentação, educação, segurança, lazer, assistência social e seguridade social, trabalho, dentre outros, e caso não esteja cumprindo com suas obrigações o cidadão tem o dever e o direito de cobrar do Estado (PEREIRA, 2001).

“É com base nesse referencial racional, ético e cívico que, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, diz-se que a assistência social no Brasil constitui uma política pública, um direito de cidadania e um componente da seguridade social” (PEREIRA, 2001, p. 222).

A assistência social é uma política pública, sendo assim “política pública não é sinônimo de política estatal (PEREIRA, 2001, p.222).” A palavra “pública” significa coisa de todos, portanto, a sociedade também faz parte juntamente com o Estado da ação pública, logo a sociedade tem o direito de opinar e mais do que isso ela pode controlar a sua própria reprodução bem como decisões do governo. Por conseguinte a sociedade possui o poder de controle democrático, isto é, agora o cidadão comum tem a possibilidade de ampliar a democracia e a cidadania.

A república é uma organização política que se baseia no interesse da população, portanto não devem prevalecer os interesses dos governantes, mas do povo que os elegeu, os governantes devem tomar decisões e criar leis orientados pela vontade do povo.

A palavra política “refere-se a planos, estratégias ou medidas de ação coletiva, formulados e executados com vista ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais” (PEREIRA, 2001, p. 223).

Pode-se então concluir que política pública, é uma “[...] ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis” (PEREIRA, 2001, p. 223). Portanto são as políticas públicas as responsáveis pela aplicabilidade dos direitos garantidos por lei. É por meio delas que o Estado promove e executa os programas, projetos e serviços, que deveriam ter a participação da população na sua operacionalização, no entanto não é isso que ocorre.

A assistência social está diretamente relacionada com os direitos sociais e é ela a responsável por concretizar os direitos individuais. No que se refere à assistência social o Estado é de extrema importância, pois é ele o responsável por garantir direitos bem como regular os mesmos, portanto, cabe somente ao Estado garantir direitos.

A assistência social não deve procurar apenas satisfazer as necessidades biológicas do indivíduo, mas deve procurar satisfazer as necessidades do indivíduo como um todo, pois o ser humano é muito mais complexo. Sendo assim o Estado deve criar meios que possibilitem ao indivíduo, seu desenvolvimento intelectual, sua autonomia, sua convivência com a família e a comunidade bem como usufruir do progresso e o direito à informação (PEREIRA, 2001).

Por conseguinte, a política de assistência social tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais que possam ser prejudiciais ou danosas aos segmentos sociais (PEREIRA, 2001). A política de assistência social também tem como objetivo criar meios para que os sujeitos tenham acesso aos seus direitos, isto é, para que todos possam usufruir dos serviços existentes de igual modo e não apenas uma parcela (abastada) da sociedade. Sendo assim a política de assistência social visa diminuir a desigualdade social, bem como combater a pobreza e evitar a sua reprodução. No entanto a política de assistência social enfrenta alguns obstáculos, pois, a classe dominante tende a não valorizar a assistência social, sendo assim busca focar apenas nos casos de extrema pobreza.

De acordo com Pereira (2001), a assistência social não deve se restringir a uma quantidade monetária e a critérios de menor elegibilidade, pois é herança do sistema de proteção social do século XIX, influenciada pela ideologia neoliberal. Para Pereira (2001), deve-se superar esta visão limitada presente na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois a política pública concretiza direito e é promotora e otimizada de satisfações de necessidades, por isso não se deve ter como objetivo a provisão de mínimos sociais. Portanto a política pública visa o essencial.

A maior parte economicamente ativa dos brasileiros não contribui com a previdência social, sendo, portanto possíveis beneficiários de programas de assistência social. (BOSCHETTI, 2005). A Assistência Social é imprescindível, pois aquelas pessoas que não tem acesso a Previdência Social podem recorrer a Assistência Social, no entanto é importante lembrar que ela deveria ser universal. Portanto o Brasil está bem longe de ter uma proteção social para seus trabalhadores desempregados, pois a previdência social é contributiva, sendo assim quem não contribui não tem direito aos benefícios por ela oferecidos. Por conseguinte quem mais necessita fica excluído sem nenhuma proteção e garantia.

A seguridade social brasileira é composta por dois grupos de cidadãos distintos, os que podem pagar e os que não podem (MOTA, 2010). A assistência social vai atender o grupo de cidadãos pobres que não podem pagar pelos serviços. Logo o Brasil não tem uma proteção social universal, visto que a previdência social é contributiva. Desde a década de 1970 a seguridade social desempenhava um processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que incluía uma parcela da sociedade afastava outras. Assim sendo sofremos com a herança deixada pela ditadura militar até hoje, bem como sua comercialização por parte do capital financeiro.

A partir dos anos de 1990 o sistema de Seguridade Social passa a ser ameaçado pelo projeto neoliberal e pelas reformas deturpadas dos direitos sociais, ou seja, passa-se a focalizar na pobreza e tentar combatê-la utilizando-se da Assistência social para incluir os excluídos. Segundo Mota (2010), instala-se um período em que a Assistência Social, constitui-se num mito social, pois ela passa a ser tratada como instrumento de enfretamento da pauperização e da desigualdade ocupando um papel central na Seguridade Social que lhe é atribuído pelas classes dominantes.

Pode-se então concluir que a seguridade social é o resultado das lutas do trabalho, reconhecido pelo Estado, por conseguinte trata-se de um campo de disputa das classes, por isso o capital sempre tenta moldá-la de acordo com seus interesses.

Portanto, a política de assistência social deve interromper com os velhos hábitos do passado, pois ela agora possui uma nova concepção e por isso deve superar aquela visão de que só tem direito quem comprovar que é extremamente pobre, pois esta visão estigmatiza a população que passa por inúmeros constrangimentos ao ter que comprovar que é pobre, além

da suspeita de estar fraudando dados para se enquadrar nos critérios, agora esta população é amparada pela lei que destina recursos para atendê-la.

A assistência social não é universal, mas deve realizar uma tarefa universalizadora, pois além de prever o comprometimento do Estado e o envolvimento da sociedade na regulação, na provisão e no controle democrático de sua operacionalização, ela é gratuita e sem fins lucrativos (PEREIRA, 2001).

De acordo com Pereira (2001), existem dois tipos de destinatários da política de assistência social, são eles: da ação resgatadora de direitos, ou seja, aqueles cidadãos que se encontram em situação temporária ou permanente sob condições de vida inferiores ao padrão satisfatório. O outro grupo de destinatário é da ação preventiva, ou seja, são aqueles cidadãos, que embora estejam dentro do padrão julgado como satisfatório, apresenta riscos e vulnerabilidades que o impedem de permanecer ou de superá-lo.

Para a PNAS a família é o destinatário do Estado, no entanto é preciso levar em consideração segundo Pereira (2001), a variedade familiar, uma vez que o núcleo familiar está mudando e também o aumento das famílias uniparentais, além da diversidade das famílias e o resgate da família como a principal fonte de proteção social no meio privado. Portanto, é necessário considerar as novas estruturas familiares e comunitárias que tenham a família como provedor social, tendo em vista que o Estado é o responsável por garantir direitos.

No Brasil o nível de desigualdades entre as classes é muito grande, para que isso mude é necessário haver uma melhor redistribuição de renda. Logo cabe ao Estado cumprir com suas responsabilidades sociais e além de uma assistência social descentralizada e participativa. Sendo assim, pode-se concluir que há inúmeros desafios a serem superados devido ao contexto sócio-histórico do Brasil, mas é necessário continuar lutando pelo reconhecimento e pela efetivação dos direitos sociais para que o Estado haja de acordo com a vontade da população e não estigmatize a mesma pela situação de pobreza em que se encontra muitas vezes.

2.2 Constituição e os anos 1990

O Brasil a partir da década de 1990 tem sofrido com a contrarreforma neoliberal do Estado e também com dificuldades e impedimentos no que se refere às conquistas da Constituição Federal de 1988, o que traz sérias consequências para a política social.

As reformas no Brasil começaram no governo Collor. Nos anos de 1990 com o governo Fernando Henrique Cardoso tivemos uma intensificação dessas reformas. O Brasil já vinha sofrendo com uma crise econômica e social desde a década anterior e atribui-se esta crise ao Estado, começaram-se então reformas no Estado que beneficiariam principalmente o mercado com as privatizações de empresas estatais e perda de direitos constitucionais.

“O governo de Lula manteve a fragmentação das políticas de Seguridade Social” (PEREIRA, 2017, p.7). Sendo assim governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva deu sequência ao que Fernando Henrique Cardoso havia feito em seu governo.

A reforma foi realizada com o objetivo de privilegiar o projeto neoliberal, portanto a reforma não passou de um jogo político que buscava legitimar sua ideologia e torná-la hegemônica. Por conseguinte o que tivemos foi uma mera mudança que não trouxe nenhum benefício social.

Segundo as autoras Behring e Boschetti (2009), no Brasil tivemos uma contrarreforma após a mudança constitucional de 1988, aniquilando dessa forma a possibilidade política mesmo que limitada, de reformas mais profundas no país. Ainda de acordo com as autoras Behring e Boschetti (2009, p. 151), na década de 1990 tivemos o desmonte e destruição do Estado para uma “adaptação à lógica do capital”.

A contrarreforma no Brasil só foi possível graças a uma série de condições que precederam os anos de 1990: “a crise econômica dos anos 1980 e as marchas e contramarchas do processo de democratização do país.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p.152).

No Brasil tivemos uma desarmonia entre a reforma e a política econômica causada pela reforma neoliberal, atribuindo-se ao Estado a culpa pelos problemas existentes, pois este era ineficiente e tinha gasto exagerados. Sabe-se que a mídia é manipulada e não foi diferente na década de 1990, utilizou-se a mídia para legitimar as privatizações que estavam ocorrendo em todo o Brasil.

No Brasil:

[...] houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.153)

Portanto tudo o que havia sido dito para justificar a privatização das empresas estatais desmantelou-se, pois nada do que haviam prometido foi cumprido, muito pelo contrário, piorou-se a situação existente, pois a crise fiscal permaneceu bem como o desequilíbrio das contas públicas nacionais que não só permaneceram como pioraram.

Segundo as autoras Behring e Boschetti (2009), outro aspecto da reforma do Estado foi o Programa de Publicização, ou seja, houve uma regulamentação para que o terceiro setor pudesse executar políticas públicas. Portanto como consequência teve-se uma desprofissionalização, pois apelava-se para o trabalho voluntário.

Outro aspecto a ser mencionado é a separação entre a formulação e a execução das políticas. Por conseguinte temos consequências quanto à relação entre formulação de políticas públicas e consolidação democrática. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009)

No Brasil os governos neoliberais não construíram espaços para se debater as políticas públicas, o que tivemos foram reformas constitucionais e medidas a serem aprovadas no Congresso Nacional (BEHRING, BOSCHETTI, 2009). Sendo assim os interesses neoliberais prevalecem sobre os interesses democráticos e como consequência têm-se um abuso do poder e políticas públicas ineficientes, ou seja, políticas sociais focalistas e descentralizadas⁷. Somando se a isso temos um enfraquecimento do movimento dos trabalhadores devido o desemprego e como resultado obteve-se uma redução dos direitos.

A Seguridade Social de 1988 representou um grande avanço para a política social, porém não se concretizou. A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 194 do Capítulo II (Da Seguridade Social) do Título VIII (Da Ordem Social) apresenta princípios importantes para a Seguridade Social:

⁷ A descentralização não se refere aqui como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como uma transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

Universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 2004, p. 115)

De acordo com as autoras Behring e Boschetti (2009, p.158), tais princípios constitucionais “deveriam provocar mudanças profundas na Saúde, Previdência e Assistência Social, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada, coerente e consistente.” Portanto os princípios tinham o objetivo de acabar com a fragmentação e a desarticulação das políticas sociais através da garantia dos direitos referentes à saúde, previdência e assistência social, no entanto não foi isso que ocorreu.

Os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, não se concretizaram como tal, mas serviram a lógica do capital, portanto a privatização criou uma discriminação entre os que podem pagar pelos serviços e os que não podem (como por exemplo, na saúde e na educação), dessa forma o capital continua a lucrar cada vez mais, enquanto para os que não podem pagar, restam-lhe as políticas seletivas, ou seja, aquelas pessoas mais pobres ficam subjugadas às políticas sociais focalizadas. Por conseguinte o que tivemos na prática aqui no Brasil, foram políticas que mais excluem do que incluem, pois para se ter acesso o indivíduo necessita comprovar que é pobre, no entanto não basta apenas ser pobre, as políticas são direcionadas aos extremamente pobres.

As reformas feitas em 1998⁸ e 2003⁹ na previdência social, não trouxeram benefícios para a população, muito pelo contrário tivemos ainda mais retrocessos, pois reduziram ainda mais os direitos da população bem como também focaram nos contribuintes.

A assistência social das três políticas é a que mais tem dificuldade de se efetivar, além de enfrentar problemas como a filantropia, o clientelismo, a lentidão para sua regulamentação,

⁸ PEC 20 Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. (www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm)

⁹ PEC 41 Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm)

a redução na abrangência e programas de caráter compensatório (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

Os recursos destinados às políticas sociais de acordo com o modelo keynesiano deveriam ser anticíclicos, o que não ocorre, sendo assim as desigualdades sociais quase não são modificadas (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

O orçamento da Seguridade Social só pode ser compreendido tendo como referência carga tributária brasileira. A maior parte da carga tributária brasileira permanece concentrada na união, apesar de se ter melhorado um pouco a divisão dos recursos após as transferências constitucionais, de acordo com as autoras Behring e Boschetti (2009), ainda temos uma grande concentração e centralização dos recursos, dessa forma contrastando com a Constituição no que se refere ao princípio da descentralização.

No Brasil quem mais paga impostos são os trabalhadores. Eles pagam mais impostos que os grandes proprietários de terra e os grandes empresários. Portanto temos uma exorbitante carga tributária sobre o consumo, dessa forma a carga tributária contribui ainda mais para a concentração de riqueza.

Em 1980 o Estado brasileiro passou a se responsabilizar pela dívida externa privada que causou um endividamento para o Brasil e a continuidade deste processo gerou um agravamento da situação.

A classe dominante desde a década de 1990 vem atribuindo um novo papel ao Estado brasileiro na área social, econômica e política. Usando como desculpa a crise fiscal do Estado, cortam recursos principalmente da área social, para controlar as despesas e gerar o superávit primário.

Segundo as autoras Behring e Boschetti (2009):

O aumento da arrecadação tributária, contudo, não reverteu em aumento significativo de recursos para as políticas sociais de modo geral e para seguridade social especificamente. Recursos da seguridade social são apropriados anualmente pelo Governo Federal por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), com vistas à composição do superávit primário e pagamento de juros da dívida. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.166)

Em 1998 o Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, faz um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), desde então o país passa a cumprir com as exigências do FMI. A política fiscal, portanto se configura como um grande e prejudicial mecanismo para o orçamento da Seguridade Social. Por conseguinte o superávit primário é o grande responsável pela redução de gastos sociais, haja vista que é necessário guardar recursos para o pagamento da dívida externa brasileira.

Enquanto a política de corte dos gastos sociais aumenta as políticas sociais diminuem. Percebe-se uma mercantilização dos serviços tanto da área de previdência social como de saúde, esse processo é antigo e vem ocorrendo desde a época da ditadura militar.

Essa transferência de recursos do orçamento da Seguridade Social para o orçamento fiscal tem sido muito prejudicial, pois transfere recursos públicos para o pagamento da dívida pública. Tais recursos poderiam ser empregados para alargar os direitos referentes às políticas sociais e também para o sistema de seguridade social. No entanto o que ocorre é justamente o contrário, tais recursos vêm sendo utilizados para gerar superávit primário, causando graves consequências como os déficits previdenciários. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009)

Não é de se surpreender que a política econômica adotada beneficiou o capitalismo e prejudicou a população. Portanto enquanto de um lado o capitalismo lucrava cada vez mais do outro lado à população sofria cada vez mais com o desmantelamento dos serviços sociais.

A política de austeridade fiscal adotada pelo governo do ex- presidente Fernando Henrique Cardoso foi uma forma de controlar os gastos públicos, reduzindo os recursos destinados aos entes federativos, no entanto a dívida do país só aumentou desde então. Lamentavelmente o seu sucessor deu continuidade a esta política que agravou ainda mais a desigualdade no país tudo isso com o intuito de gerar superávit primário, negligenciando dessa forma as contradições sociais.

O Brasil está deixando de cumprir com suas obrigações sociais para pagar uma dívida que só aumenta, mesmo aumentando o superávit primário. O que se pode observar é que os gastos com o pagamento dos juros da dívida são maiores que os gastos do governo com a política de assistência social.

Sempre é bom lembrar que a política de superávit, adotada desde 1999 por forças das exigências do FMI para reduzir a dívida, tem sido cumprida em

percentuais sempre maiores do que os exigidos e a dívida pública só cresceu. Isso porque os juros devidos são maiores que os superávits gerados. (FBO, 2004, p. 5 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.168)

De acordo com as autoras Behring e Boschetti (2009), a seguridade social brasileira, apesar dos princípios constitucionais, ainda tem caráter regressivo, pois a fonte do financiamento não está de acordo com os princípios do artigo 195 da Constituição Federal, que estabelece que os recursos devam ser oriundos do orçamento da União, Estados e DF; contribuições sociais; e receita de concursos de prognósticos. Ainda segundo as autoras os maiores responsáveis pelo financiamento são os trabalhadores.

Sendo assim os ajustes fiscais inviabilizam uma ampliação e universalização dos direitos sociais, pois retira-se os recursos destinados as políticas sociais para outros fins, portanto os trabalhadores foram os mais prejudicados com o acordo feito em 1998, pois foram privados de seus direitos.

O fundo público então passa a ser disputado pelas classes, de um lado temos a classe trabalhadora que luta para que o governo atenda as suas necessidades através das políticas sociais e do outro lado temos o capital que luta para o Estado continuar garantindo sua reprodução através de seu financiamento. Não é preciso dizer que os interesses do capital prevalecem até hoje sobre os interesses dos trabalhadores, que cada vez mais vem sofrendo com a perda de direitos que lutaram para conquistar e tornar reconhecidos.

Como consequência obtivemos um aumento da concorrência pelo fundo público, os neoliberais utilizam um discurso de que há um desperdício, estímulo a dependência e estatização (BEHRING, BOSCHETTI, 2009), para se apropriarem do fundo público sem grandes problemas dessa forma ganham apoio e legitimam suas ideias.

A autorreprodução do capitalismo contemporâneo não passa de uma falácia, pois o mesmo necessita do fundo público para continuar a se desenvolver. Portanto, o Estado é um lugar de disputas desiguais, pelo fundo público, onde o capital busca ter somente os seus direitos garantidos avançando cada vez mais com esse objetivo. Sendo assim a luta continua uma vez que o capital usa de artimanhas para tornar seu projeto hegemônico e também para acabar com os direitos já conquistados pela classe trabalhadora e tem como seu principal colaborador o Estado que desde o princípio criou mecanismos para favorecê-lo.

2.3 Anos 2000: O Sistema Único de Assistência Social e o Serviço Social

Em 2004 aprova-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a partir desta surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se constitui como um avanço para a política de Assistência Social, pois possibilita a efetivação dos princípios e diretrizes da mesma e materializa o conteúdo da LOAS. A política de assistência social é regulamentada pelo Governo Federal, “com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005)” (CFESS, 2011, p. 6). Portanto para a Assistência Social no Brasil se consolidar foi imprescindível a Seguridade Social, a LOAS, o CNAS, a PNAS e também a luta do CFESS frente ao Estado.

A implantação do SUAS objetiva o rompimento com a fragmentação programática entre as esferas governamentais e a articulação e provisão de proteção social básica e especial para os segmentos populacionais usuários da política de Assistência Social no país. Seus princípios e diretrizes apontam para a universalização do sistema; a territorialização da rede; a descentralização político-administrativa; a padronização dos serviços de assistência social; a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos; a garantia da proteção social; a substituição do paradigma assistencialista e a articulação de ações e competências com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, políticas sociais e esferas governamentais. (PEREIRA, 2017, p.8)

Tivemos grandes retrocessos na década de 1990 e alguns avanços a partir do governo Lula que possibilitou a aprovação da PNAS e a construção do SUAS, no entanto ainda se manteve a separação da política social da política econômica, favorecendo desta forma o capital. Portanto permanece a ideia de uma política pobre para os pobres. Para que haja mudança é necessário que ambas as políticas econômicas e sociais estejam ligadas (PEREIRA, 2017).

Como sistema que operacionaliza os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o SUAS materializa princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social em suas orientações centrais e estabelece um sistema em seu sentido mais estrito, ou seja, como estrutura organizada com base em um conjunto de serviços sócio-assistenciais inter-relacionáveis e agrupados por características de proximidade, e em diferentes tipos de proteção social (BOSCHETTI, 2005, p. 12).

Historicamente no Brasil as políticas sociais serviram para atender os interesses das elites e do capitalismo. O SUAS apresenta a Assistência Social como sendo responsabilidade estatal, sendo assim torna-se mais difícil à utilização da mesma para fins clientelistas.

O SUAS fortalece os instrumentos centrais de gestão estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social como o Plano de Assistência Social, que passa a ter papel determinante no planejamento local, na definição, classificação e ordenamento dos serviços nas proteções básica e especial; os Fundos Nacional, Municipais e Estaduais de Assistência Social, que devem garantir orçamento próprio nas três esferas de governo; e ainda atribui novo papel aos Conselhos de Gestão, cuja atuação será decisiva para o funcionamento do sistema e garantia de repasse de recurso “descarimbado” aos Estados e municípios. O SUAS também resgata e enfrenta desafios importantes para a consolidação da política de assistência social: estabelece normas regulatórias nacionais que instituem a assistência social como política de Estado, o que a torna menos permeável aos interesses clientelistas; estabelece critérios objetivos de partilha de recursos entre os serviços sócio-assistenciais e entre Estados e municípios; cria mecanismos compulsórios para provocar uma relação (até então inexistente) entre programas, projetos, serviços e o BPC e Bolsa Família; estabelece uma relação contínua e democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garante a aplicação autônoma dos recursos pelos municípios com repasse automático e regular de recursos fundo a fundo; estabelece e sistematiza indicadores sociais e institui um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento da política de assistência social, até então inexistente. (BOSCHETTI, 2005, p. 12)

A Política Nacional de Assistência Social (2004) reconhece a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado e também o direito a assistência social a todos que dela necessitam sem contribuição, pretende incluir os chamados invisíveis e também vê a assistência social como direito à proteção social prevista no SUAS. Sendo assim o SUAS é de suma importância para a consolidação e ampliação da Seguridade Social. (BOSCHETTI, 2005)

A PNAS (2004) tem como principal foco a família e a garantia da convivência familiar e comunitária da mesma, além disso, objetiva-se prover os mínimos sociais, o enfrentamento da desigualdade e a universalização dos direitos.

Além disso, a PNAS (2004) também tem como objetivo a proteção social básica e especial, é de suma importância compreender o que são e a quem se destinam. A proteção social básica tem como objetivo prevenir a vulnerabilidade social e os riscos sociais que as famílias possam enfrentar em decorrência da pobreza, perda de vínculos afetivos, discriminação, deficiência, dentre outros. A proteção social especial destina-se as pessoas que

se encontram em situação de violação de direitos, ou seja, destina-se as pessoas que estão em situação de risco pessoal ou social como: abandono, maus tratos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outros. (PNAS, 2004)

Os recursos destinados à proteção social básica são diferentes dos destinados a proteção social especial, portanto os serviços oferecidos definirão o montante de recursos a serem recebidos. Os municípios com maiores dificuldades devem receber mais recursos do governo, ou seja, aqueles municípios com índices de renda per capita muito baixos deveriam receber maior recursos financeiros do governo.

O aumento do desemprego faz com que o trabalhador perca seu vínculo com a previdência social e passe a ser usuário da assistência social, este processo obriga a assistência social a se expandir. Portanto devido este processo a assistência social passa a ocupar uma posição de maior destaque do que anteriormente. No entanto ao contrário do que diz a PNAS e o SUAS a assistência na prática não está restabelecendo à lógica da universalidade da proteção social, ou seja, o que está ocorrendo é um retrocesso dos direitos e uma precarização do trabalho, sendo assim o capital continua lucrar com novos mercados que estão se abrindo. Portanto a população brasileira é quem mais sofre com as perdas de direitos e serviços precarizados.

Segundo Mota (2010):

[...] se antes a centralidade da seguridade girava em torno da previdência, ela agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho. (MOTA, 2010, p. 138)

Os programas de transferência de renda da política de Assistência social têm contribuído para a vida da população pobre, pois aumenta seu poder de consumo e também o acesso aos mínimos sociais para a sua sobrevivência. Visto que o Estado não consegue garantir direitos ele alarga o campo de ação da Assistência Social e em um processo contrário reduz sua ação nos campos da saúde e da previdência.

Segundo Sitcovsky (2010), os investimentos na área social vêm aumentando significativamente se comparado com os recursos destinados às outras áreas (saúde e previdência social) e esses recursos tem sido destinados em sua maioria para os programas de

transferência de renda. Portanto, a assistência social tem sido responsável pela reprodução econômica e social de uma parte relevante da população.

A classe dominante vê na política de Assistência Social um meio para se combater a pobreza e também a desigualdade. Portanto, o que se pretende é uma nova forma de enfrentamento da questão social. Transforma-se o significado da questão social em: exclusão, ausência de direitos e de cidadania e desemprego (MOTA, 2010).

Amparada pela naturalização da ordem, a burguesia busca, dentre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num consumidor; o trabalhador num contribuinte autônomo; o desempregado num beneficiário da assistência social; e a família e as comunidades em células de uma “sociedade solidária, socialmente responsável e cooperativa”. (MOTA, 2010, p. 144)

A Assistência Social passa a ser tratada como política de proteção social por parte do Estado e não como parte dela para responder a questão social, portanto ela é tratada como uma política compensatória devido ao aumento do desemprego e do contingente de desempregados.

De acordo com Mota (2010), a Assistência Social no século XXI está assumindo um papel de mecanismo integrador, que deveria ser do trabalho. Ainda segundo a autora Mota (2010), o capitalismo não consegue superar as sequelas sociais e materiais do processo de acumulação, no entanto é possível usar meios para enfrentá-la no limite da ordem burguesa.

O trabalho deveria possibilitar o acesso das pessoas aos bens de consumo, entretanto uma parte relevante das pessoas não possui trabalho assalariado, ou seja, com a precarização e a falta de trabalho elas ficam desprotegidas e sem acesso aos bens de consumo. Se não fosse a assistência social esse público não teria acesso aos bens de consumo mesmo que de forma precarizada, isso ocorre por meio dos programas de transferência de renda. Portanto as pessoas que não conseguem trabalho por algum motivo serão atendidas pela Assistência Social, os programas de transferência de renda são a maior fonte se não a única dessas famílias.

Segundo o autor Sitcovsky (2010, p.154) “o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é o exemplo clássico que comprova nossa afirmação, uma vez que o consideramos como o maior programa assistencial de transferência de renda [...]”.

Além do BPC existem outros programas de transferência de renda, são eles: o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Esses programas contribuem para a economia, pois ajudam na circulação de dinheiro, além de aumentar o acesso dos indivíduos aos bens duráveis e a infraestrutura.

“No caso dos municípios, os relatos dos gestores e os dados dos monitoramentos dos programas da política de assistência social revelam que estes recursos representam um importante elemento de estímulo às economias locais”. (SITCOVSKY, 2010, 155)

No entanto nem sempre o Estado agiu dessa forma. O Estado antes só se responsabilizava pelas pessoas que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho devido alguma incapacidade (por exemplo, devido a alguma doença). Atualmente é que o Estado passou a se responsabilizar também pelos aptos ao trabalho, mas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com Sitcovsky (2010), devido à impossibilidade do Estado de garantir direito ao trabalho ele amplia seu campo de atuação incluindo as pessoas aptas ao trabalho, ou seja, devido às várias condições que assume o trabalho no capitalismo ou, ainda a orientação da política econômica do país, o Estado passa a atender essas pessoas excluídas do mercado de trabalho, porém com alguns critérios para se ter acesso aos programas de transferência de renda, restringindo o acesso da população que não pode ter renda superior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por pessoa, portanto o que temos são políticas de exceção.

Para Sitcovsky (2010), deve-se ter cautela ao afirmar que os programas de transferência de renda assistenciais têm realizado uma verdadeira redistribuição de renda no país, pois ao analisar as fontes dos recursos constata-se que a maior parte deles é proveniente dos próprios trabalhadores e não do capital.

A reforma do Estado brasileiro que vem ocorrendo sempre esteve de acordo com o projeto neoliberal, a exemplo disso temos o Plano Diretor da Reforma do Estado que apresenta o Estado como não sendo o único responsável pelos serviços de assistência social, ou seja, a sociedade também é responsável pelo enfrentamento da pobreza e da exclusão. Portanto, o Estado transfere para a sociedade sua responsabilidade de garantir a proteção social.

“Fundamentada na solidariedade, na atuação filantrópica, no voluntariado e nas ações do terceiro setor, a política de assistência social foi sendo construída no Brasil enquanto política pública, visto ser neste contexto que a LOAS é aprovada e implementada” (SITCOVSKY, 2010, p. 160).

De acordo com Sitcovsky (2010), o SUAS passa a regular esta relação e a PNAS tenta organizar, racionalizar e regulamentar a relação público/privado visando evitar a coincidência de ações e o desperdício de recursos. Portanto, o que se pode observar é um processo de refilantropização onde o Estado vem tentando legitimar novas formas de proteção social através de velhas formas de solidariedade, filantropia e benemerência, transferindo sua responsabilidade para a sociedade.

O fato de a assistência social ter permanecido durante muito tempo vinculada a caridade e a filantropia prejudicou a criação de uma estrutura pública estatal adequada para a implementação do SUAS. (SITCOVSKY, 2010)

Segundo Sitcovsky (2010), a realidade social forma uma tríade, ou seja, o primeiro setor corresponde ao Estado, o segundo ao mercado e o terceiro a sociedade civil. Portanto, há uma (des) historicização da realidade social, sendo assim o papel político cabe ao Estado, o econômico ao mercado e o social à sociedade civil (terceiro setor). (SITCOVSKY, 2010)

O terceiro setor é um conceito baseado no individualismo liberal e no voluntariado que surgiu nos Estados Unidos. No Brasil o terceiro setor tem adeptos dos mais variados, e possivelmente surgiu na época da ditadura militar não como forma de oposição ao Estado que agia de acordo com os interesses do grande capital como muitos alegam, mas na verdade o que houve foi um fortalecimento da forma de intervenção na sociedade civil. Portanto, não existe um terceiro setor puro, mas sim um “associativismo cívico”.

O Estado passou a garantir todos os meios para o capital continuar a se reproduzir, deixando de garantir os direitos do trabalhador e transferindo sua responsabilidade para o terceiro setor. Portanto é assim que nasce o terceiro setor, isto é, passa a existir “[...] um novo padrão de intervenção social, baseado nas “parcerias” com a sociedade civil [...]” (SITCOVSKY, 2010, p. 168).

Sendo assim a sociedade civil deixa de ser um espaço de disputa de interesses antagônicos, sem contradições de classes e passa ser um sujeito político onde a solidariedade predomina.

A “solidariedade voluntária” é crucial, pois desta forma o Estado não passa a ser o único responsável por prover os serviços sociais, mas divide sua responsabilidade com a sociedade civil que passa a se responsabilizar por alguns serviços sociais.

A Lei Orgânica da Assistência Social (1993) reconhece a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, no entanto também diz que as ações devem ser realizadas pelo Estado e pela sociedade, transferindo dessa forma uma parte da responsabilidade para sociedade civil.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 2009, p. 6)

Conforme Sitcovsky (2010), a provisão de bem-estar na sociedade moderna é uma combinação das intervenções do mercado, do Estado e de setores da sociedade civil na vida dos indivíduos, sendo assim o pluralismo do bem-estar implica menor domínio do Estado, que não é mais visto como o único provedor dos serviços sociais. Portanto de uma coisa temos certeza o Estado está reduzindo sua atuação na provisão social, por outro lado há quem ache que isso é algo positivo uma vez que possibilita uma mobilização da sociedade e também seu comprometimento. Sendo assim Estado transfere sua responsabilidade para o terceiro setor ou sociedade civil, e se exime de fazer políticas públicas que deem respostas satisfatórias, sendo assim o que se pode notar é um apelo à filantropia.

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma. (BRASIL, 2004, p. 47)

As agências multilaterais, ou seja, o Banco Mundial, O CEPAL, e o PNUD/ BID tem como objetivo transferir as responsabilidades da assistência social para a sociedade civil. A classe dominante usa as mais variadas estratégias para disseminar seu projeto político e seus

valores para torná-los hegemônico e também legitimá-los, sendo assim este processo acaba desmobilizando a classe trabalhadora que passa a não lutar pelos seus direitos, pois existe um consenso na sociedade civil.

Sitcovsky (2010), não concorda com a tese da nova relação entre Estado e sociedade civil, na verdade para ele o que há é uma tentativa de passivização dos subalternos, portanto, a classe dominante busca através do componente diretivo-social, restaurar sua hegemonia.

O Serviço Social nesse contexto possui um papel relevante, pois o mesmo pode está esclarecendo para a população quais são os seus direitos e os seus deveres, e também as obrigações do Estado na sociedade bem como na garantia do direito, e que este busca transferir suas responsabilidades para a sociedade, sendo assim o Assistente Social deve estimular a população a se organizar e cobrar do Estado que cumpra com suas responsabilidades.

A NOB-RH/SUAS enuncia como deve ser a atuação dos Assistentes Sociais. É de suma importância discutir o trabalho dos Assistentes Sociais para que se possa consolidar a política de assistência social como um direito e garantir condições técnicas e éticas para o exercício do trabalho com qualidade (CFESS, 2011).

O Serviço Social no Brasil surgiu em 1936 e foi regulamentado em 1957. O processo de reconceituação do Serviço Social em 1960 permitiu à profissão enfrentar a formação conservadora e construir um projeto profissional ético-político (CFESS, 2011).

Apesar de a assistência social ser um dos campos de atuação dos profissionais do Serviço Social, é necessário se ter cautela, pois o Assistente Social independentemente de atuar na Política de Assistência Social não deve ser confundido com assistência social. A Assistência Social é um dos importantes campos de trabalho para os Assistentes Sociais, porém não se pode confundir o Serviço Social com a Assistência Social, pois a Assistência Social possui interface com todas as políticas públicas e comporta equipes de trabalho interprofissionais (CFESS, 2011).

Os Assistentes Sociais apesar de sempre terem trabalhado na assistência social, possuem um amplo campo de trabalho não ficando restrito ao mesmo, portanto, os profissionais trabalham no campo da assistência social, mas não podem ser confundidos com o mesmo, pois os Assistentes Sociais historicamente vêm lutando para construir uma

identidade, buscando se desvincular da caridade, filantropia e resistindo junto com o trabalhador ao capitalismo, buscando o reconhecimento, a garantia e a efetivação dos direitos.

A profissão é orientada pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Código de Ética. O compromisso ético, político e profissional dos Assistentes Sociais no Brasil se pautam na defesa dos princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais. Sendo assim as atribuições e competências dos Assistentes Sociais também são orientadas pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão, portanto os Assistentes Sociais devem se afastar de práticas conservadoras, reconhecendo a questão social como seu objeto de intervenção profissional (CFESS, 2011).

O Assistente Social tem que ter clareza do contexto sócio-histórico, pois somente dessa forma ele vai conseguir apreender a realidade em sua totalidade, atuar criticamente e oferecer um serviço de qualidade aos sujeitos, sem criminalizá-los pela situação em que se encontram e tratá-los como sujeitos de direitos. O profissional também tem autonomia para utilização dos seus instrumentos de trabalho, podendo dessa forma criar meios para atender os indivíduos da melhor maneira possível para que eles tenham o conhecimento de seus direitos e também acesso aos mesmos.

A atuação interdisciplinar visa construir uma prática político-profissional para tomar decisões, posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional (CFESS, 2011). O Serviço Social para oferecer um trabalho de qualidade muitas vezes necessita se articular com outras políticas públicas. Portanto é necessário um diálogo entre os profissionais de diversas áreas para aperfeiçoar e melhorar constantemente os serviços prestados a população.

Como vimos a Assistência Social é extremamente importante, pois muitas pessoas que estão desprotegidas necessitam dela, no entanto, é necessário continuar lutando para que ela não assuma o papel do trabalho de acesso aos bens de consumo. O SUAS representou um importante avanço para a consolidação da Seguridade Social, contudo ainda é preciso continuar lutando contra a fragmentação das políticas, bem como a desresponsabilização do Estado com relação aos problemas sociais.

3 OS DESAFIOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 Significado Social da Profissão

O Serviço Social tem um papel importante na divisão social do trabalho, pois ele contribui para a reprodução das relações sociais, sendo usado para difundir a ideologia da classe dominante seja nas instituições estatais ou em empresas privadas. O Serviço Social desde os primórdios foi utilizado com o objetivo de controle social sendo, portanto uma profissão contraditória uma vez que seu compromisso é com a liberdade, equidade, justiça social, cidadania e a democracia.

A Instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizado para reforçar as contradições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 101).

O Assistente Social está no centro do jogo de interesses entre as classes, no entanto historicamente o profissional submete-se a classe dominante. Apesar de o Serviço Social contribuir para o fortalecimento da classe trabalhadora ele ainda permanece sob o jugo dominante. Segundo os autores Iamamoto e Carvalho (2012), um dos meios encontrados pela classe trabalhadora de enfrentar o jugo dominante são os movimentos sociais, através dos quais reivindicam seus interesses.

A revisão da trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmar que, considerando o antagonismo da relação capital e trabalho, a tendência predominante, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo historicamente, o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 104).

Os serviços sociais são utilizados pelo capital como uma forma de se reduzir os custos com o trabalhador, pois toda a sociedade partilha mesmo que de forma indireta através dos impostos e taxas dos custos com o trabalhador, sendo assim para o capital a filantropia passa a ser um investimento por não afetar sua rentabilidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Os serviços sociais também são usados pelo capital como forma de acalmar os ânimos dos trabalhadores e servem ainda como meio de manter aqueles que não têm trabalho e

necessitam dos serviços sociais prestados pelo Estado para sobreviver. Sendo assim para o capital é muito interessante manter uma superpopulação relativa, pois obriga os trabalhadores a aceitar as condições impostas a eles visto que não há emprego para todos.

[...] O exército industrial de reserva, à medida que estabelece uma maior competição entre os próprios trabalhadores, contribui para redução dos salários, ao fazer a oferta de mão de obra crescerem relação à demanda. Assim, as medidas assistenciais voltadas para auxiliar a reprodução dessa parcela da classe trabalhadora, alijada do mercado de trabalho, vêm responder a interesses substanciais da classe capitalista, no sentido de garantir uma oferta abundante e permanente de força de trabalho abaixo custo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 104)

O que se pode observar é que para o capital é muito mais vantajoso conceder serviços sociais do que aumentar os salários dos trabalhadores, pois ele reparte com o trabalhador os gastos, por sua vez aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho não veem os serviços sociais como um complemento do salário, mas como única fonte de renda por não conseguirem emprego ou não terem como trabalhar. Portanto se para uns os serviços sociais são vistos como um complemento para outros é sua única fonte de sobrevivência, por outro lado para os capitalistas e para o Estado é muito vantajoso já que dividem as despesas com o trabalhador e o mesmo continua contribuindo para reprodução do sistema capitalista ao vender sua força de trabalho.

Embora os serviços sociais amenizem a pobreza eles nunca irão acabar com as desigualdades sociais, pois elas são intrínsecas ao capitalismo, portanto para se por um fim as desigualdades é necessário destruir o causador do problema, pois tratando somente os sintomas (as desigualdades) não iremos conseguir acabar com a causa.

O Estado é quem regulamenta os serviços sociais por meio das políticas sociais, embora nunca crie políticas que irão contra os interesses do capital, pois muitas vezes os governantes estão envolvidos com os capitalistas devendo favores, como exemplo podemos, citar a questão do financiamento das candidaturas, ou seja, quando ganham a eleição e tomam posse do cargo primeiramente eles se comprometem com quem os ajudou financeiramente, sem falar que muitos também são grandes empresários e fazem leis que os beneficie.

Visto que o interesse dos trabalhadores é oposto ao do capital o confronto entre eles é inevitável, pois cada um vai lutar pelos seus interesses. Enquanto o capital enriquece explorando o trabalhador, esse por sua vez fica cada vez mais pobre. O capital não vende

somente os seus produtos, mas também seu modo de ver o mundo, ou seja, seu modo de pensar e sua ideologia isso é necessário para que haja ordem na sociedade e ela funcione por isso o capital usa sua influência para que os trabalhadores “comprem” sua ideia.

É indispensável um mínimo de unidade na aceitação da ordem do capital pelos membros da sociedade, para que ela sobreviva e se renove. Uma vez que não existe sociedade baseada na pura violência, é necessário recorrer à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptados que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 115)

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2012), o Estado é o meio pelo qual o capital mantém o controle social, no entanto não está limitado ao controle governamental e institucional, pode ser executado também por agentes sociais, um exemplo de agentes institucionais são os Assistentes Sociais. É importante lembrar que o controle social não é exercido na sociedade unicamente pela ideologia dominante e pelo uso da força, existem várias outras ideologias na sociedade que lutam entre si. “A ideologia vincula-se a classes em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.117-118)

A ideologia permeia as relações sociais por isso não existe uma consciência social totalmente livre da ideologia capitalista, pois a mesma se faz necessário para que haja um consenso, do contrário a sociedade não se reproduziria.

O Serviço Social está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, para legitimar a ideologia dominante, a princípio essa influência exercida pelo Assistente Social foi utilizada para consolidar os interesses capitalistas na sociedade, e utilizou-se o Assistente Social para isso visto que este profissional tinha contato direto com a população usuária dos serviços oferecidos pelas diversas instituições.

Na busca de contornar a desigualdade econômica, reforçando a “sensação” de uma participação mais efetiva do cidadão no poder e nos “benefícios” sociais, o que se obtém como resultado é a reprodução da desigualdade social e do poder segmentado de uma base legitimamente popular. Em suma, apesar de todas as medidas de controle se acumulam e se reproduzem as expressões de antagonismo social; apenas suas eclosões se retardam ou se manifestam com uma roupagem, aparentemente, menos violenta. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.120)

O Estado adota medidas através das políticas sociais com o fim de minimizar os problemas sociais, para que o trabalhador o apoie politicamente, sendo assim não haverá um desgaste político, pois o Estado irá obter o apoio dos trabalhadores. No entanto na prática as políticas sociais são ineficazes, e mesmo recebendo algum tipo de benefício à vida do trabalhador continua sendo cruel devido ao regime capitalista. Nesse contexto de tensão se encontra o Serviço Social que é chamado para atuar nos serviços sociais.

O Assistente Social vai trabalhar nas instituições estatais, privadas ou paraestatais, sendo lhe exigido pelo seu empregador que ele escolha dentre aqueles que têm direito aos serviços sociais os que mais necessitam desse direito, o objetivo do Estado e das empresas privadas é não serem enganados pela população com um falso discurso de miséria. O Assistente Social também é requisitado para legitimar as normas impostas sobre a população para que haja um bom funcionamento da instituição e dos serviços sociais e que a população não cause problemas, devido sua insatisfação.

O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional de “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços. Dispõe de um poder, atribuído institucionalmente, de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados, devido à incapacidade da rede de equipamentos sociais existentes de atender todo o público que, teoricamente, tem acesso a eles. [...] A estas atividades é acrescida outra característica da demanda: a ação de persuadir, mobilizar o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. [...] Importa que as diretrizes institucionais sejam transmitidas como necessárias e válidas tanto para o “cliente”, com para a garantia de eficiência dos serviços, transformando o caráter impositivo da normatização em algo internalizado e aceito voluntariamente por aqueles a quem se dirige e aos quais não foi dada a oportunidade de opinar. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.121-122)

Ainda segundo Iamamoto e Carvalho (2012), o Serviço Social dispõe da linguagem com seu principal instrumento de ação, pois é através da linguagem que o profissional vai persuadir ou controlar. Portanto a linguagem é muito importante para o Assistente Social, pois é através dela que o profissional vai estabelecer uma relação com o indivíduo e apreender sua realidade.

É no cotidiano que as relações sociais se estabelecem, e é a partir de determinados aspectos do cotidiano que o Assistente Social irá intervir devido seu conhecimento científico

o profissional consegue superar a aparência do cotidiano e fazer uma análise correta da realidade dos sujeitos com quem lida no dia a dia profissional.

Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.124)

Cabe ainda ressaltar que os detentores do poder usam essa proximidade do Assistente Social com os sujeitos para controlá-los, tanto no seu modo de pensar como no seu modo de agir, e também para identificar possíveis tensões para prevenir possíveis confrontos. Portanto o profissional de Serviço Social deve estar atento para não acabar sendo manipulado pelo poder vigente, e para fortalecer o projeto da classe trabalhadora e manter seu comprometimento com o seu projeto ético-político.

Sendo o Assistente Social um técnico em relações humanas por excelência, essas características apontadas na prática profissional são recuperadas pelos representantes do poder no sentido de interferência e controle de aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora, utilizando-se da mediação desse intelectual. Busca-se canalizar aspirações desses setores para sua satisfação através de canais institucionais, geridos pelos representantes do poder e detectar as tensões sociais a tempo de propor medidas preventivas para seu enquadramento. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.121-122)

Outro cuidado que o Serviço Social deve ter é de não culpabilizar os sujeitos pela condição em que se encontram, pois a classe dominante tende a transferir a culpa causada pelo sistema capitalista que gera profundas desigualdades sociais para a classe trabalhadora e usa o Assistente Social muitas vezes para isso já que o profissional tem contato direto com os sujeitos. Logo é necessário se ter cautela, e pensar quais as verdadeiras finalidades das ações socioeducativas, para não acabar sendo manipulado pelo capitalismo, e voltar às velhas práticas conservadoras, onde o Assistente Social culpabilizava o usuário pelo estado em que se encontrava e o persuadia a trabalhar sem reivindicar seus direitos. Sendo assim, é necessário que o profissional tenha uma visão da totalidade da realidade e não uma visão fragmentada para que possa apreender a realidade de forma correta e também sempre ter em mente o seu código de ética profissional, fugindo dessa forma do conservadorismo.

O Assistente Social possui certa autonomia no seu trabalho, portanto ele pode criar alternativas de projetos juntamente com a classe trabalhadora e os outros profissionais da área

mesmo que seu empregador tenha outro projeto e o requisite com outro fim, portanto é necessário fazer uma escolha contra o conservadorismo que historicamente permeia a profissão.

Se o Assistente social, na condição de trabalhador assalariado, deve responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.129)

A lógica das ações socioeducativas, realizadas na assistência social, está centralizada nos usuários, portanto o papel do Assistente Social é orientar os usuários para que os mesmos possam conseguir acessar os seus direitos, visto que eles são sujeitos de direitos, no entanto o trabalho do Assistente Social não se limita a isso (MIOTO, 2009). Os Assistentes Sociais têm a função educativa de orientar os usuários para que eles possam apreender a realidade de maneira crítica e consciente e também interferir na realidade para construir uma sociedade melhor (MIOTO, 2009).

Segundo Miotto (2009), as ações socioeducativas na área socioassistencial, se sustentam sobre dois pilares: a socialização de informação e o processo reflexivo.

O Assistente Social possui um dever de extrema importância que é a socialização das informações, visto que muitos não têm acesso à informação e isso é essencial para que a população possa ter uma qualidade de vida melhor, opinar e decidir o que é melhor para ela e que rumo quer dar ao seu país, pois do contrário a classe dominante fará aquilo que é melhor para ela deixando os interesses da classe trabalhadora de lado. No entanto não basta simplesmente ter acesso à informação dos diversos campos de conhecimento é preciso compreendê-la para poder usá-la de forma adequada, portanto, também faz parte da função do Assistente Social esclarecer as informações aos usuários.

O processo reflexivo¹⁰ envolve uma troca de informação, experiência entre o profissional e o usuário e faz parte das ações socioeducativas realizadas pelo Assistente Social

¹⁰ O processo reflexivo, característico das ações socioeducativas, se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. Pauta-se no princípio de que as demandas que chegam às instituições, trazidas por indivíduos, grupos ou famílias, são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais. Ele tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria

e possui como finalidade a formação da consciência crítica e para tal o diálogo constitui-se como uma ferramenta primordial, pois é através do diálogo que o Assistente Social vai estabelecer uma relação com o indivíduo e esclarecer as relações de poder que historicamente foram estabelecidas e interferem em nossas vidas até hoje, e por isso é preciso nos unir para que juntos possamos lutar pelos nossos direitos.

De acordo com Miotto (2009), uma relação democrática estabelecida entre Assistentes Sociais e usuários é imprescindível para que através do processo educativo os usuários ganhem mais autonomia no espaço social e participe do controle social. Ainda segundo a autora as demandas de diferentes campos de atuação dos Assistentes Sociais, nada mais são do que expressões da questão social, portanto as ações socioeducativas não podem ser fragmentadas e aleatórias. (MIOTTO, 2009)

Os Assistentes Sociais precisam conhecer os espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos, bem como a política dos mesmos, pois dessa forma conseguirá orientar e informar os usuários e também despertar uma consciência crítica, e é nisso que se constitui o trabalho educativo dos Assistentes Sociais, além de estimulá-los a participar dos processos de decisão que envolve o futuro de todos nós. Para, além disso, a importância de se conhecer o território está em poder direcionar melhor os usuários para que eles possam acessar os serviços disponíveis na rede para que atendam suas necessidades.

Ainda é necessário que haja um planejamento das ações que serão executadas, pois dessa forma pode-se organizar e executar melhor o que vai ser feito, e também possibilita posteriormente uma avaliação das ações executadas para saber se elas alcançaram os seus devidos objetivos.

Conforme Miotto (2009) é de extrema importância avaliar as ações socioeducativas para verificar os resultados delas na vida dos usuários e também nos serviços. Além disso, de acordo com Miotto (2009), os Assistentes Sociais trabalham o processo educativo num plano em que o caráter educativo é subsidiário de uma ação e também há outro plano em que as ações se definem a partir do processo educativo, nesse plano trabalha-se a formação de consciência crítica e autonomia dos usuários.

As ações educativas realizadas pelos Assistentes Sociais são primordiais para a vida dos usuários, pois uma vez que é despertada a consciência crítica deles através da informação e reflexão, eles podem cobrar seus direitos e acessá-los exercendo dessa forma sua cidadania.

Os indivíduos, as famílias e os grupos participam das ações socioeducativas tanto de forma direta como de forma indireta, ou seja, ao participarem dos encontros com o Assistente Social esse indivíduo possivelmente está referenciado numa família ou grupo, também temos o processo inverso que ao participar de um grupo esse indivíduo está inserido numa família (MIOTO, 2009). Portanto esse efeito multiplicador proporcionado pela co-referencialidade se materializa à proporção que os indivíduos ao se transformarem inserem mudanças no meio social do qual fazem parte (MIOTO, 2009).

De acordo com Miotto (2009), as abordagens nas ações educativas podem ser individuais ou grupais, com relação ao segundo é altamente aconselhável, pois é através da reunião de diferentes sujeitos que se pode realizar um processo educativo de forma coletiva.

Portanto, pode-se concluir que as ações socioeducativas não estão engessadas, elas são passíveis de mudanças, não tendo, portanto um modelo definido a ser seguido. Segundo Miotto (2009), a orientação e o acompanhamento a indivíduos, grupos e famílias como ações socioeducativas simboliza a possibilidade de fortalecer a discussão das ações historicamente estabelecidas pelo Serviço Social e também contribui para a consolidação do projeto ético-político ao passo que possibilita a rearticulação entre teoria e a prática.

Por outro lado os desafios encontrados pelo profissional são inúmeros. Os desafios de natureza técnica são basicamente construir processos educativos em situações adversas, onde se anseia por respostas rápidas do Assistente Social frente às necessidades dos usuários e os de natureza ética referem-se ao processo educativo que impõe impasses para as mudanças a serem realizadas. (MIOTO, 2009)

As ações socioeducativas possibilitam ao sujeito a construção do mundo em que ele vive, sendo assim ele participa da construção histórica de sua realidade, agindo de maneira consciente, pois as ações socioeducativas realizadas pelos Assistentes Sociais possibilitam a reflexão do sujeito para empoderá-lo e dessa forma ele se torna o protagonista de sua vida.

3.2 O papel do CRAS na Assistência Social

O Serviço Social precisa conhecer a realidade social em que está inserido. Como foi dito anteriormente é imprescindível que o profissional conheça o território em que está introduzido, bem como o seu público alvo, sendo assim vamos fazer um breve resgate de como surgiu o bairro de Custodópolis e uma breve análise de quem são esses moradores que lá residem atualmente para compreendermos melhor quem são eles, até porque a Política de Assistência Social se organiza a partir do território.

Supostamente entre as décadas de 20 a 30 do século passado, o espaço foi pouco a pouco sendo apropriado. Um lugar, inicialmente identificado como ponto de encontro de cortadores de cana, que se reuniam à espera de caminhões que os levassem para as lavouras das usinas canavieiras da região de Campos dos Goytacazes. (AZEREDO, 2012, p.44)

Alguns trabalhadores, que moravam em áreas distantes ou aqueles que não tinham onde morar passaram a alugar-se nas redondezas daquele lugar, que recebeu o nome de “Cidade de palha”, devido a utilização de palha para fazer o teto das casas improvisadas, posteriormente o doutor Custódio Siqueira, um médico dono de muitas terras, decidiu loteá-las, logo, essas áreas ficaram conhecidas como “Terras de Custódio”, o nome foi dado em homenagem ao Dr. Custódio Siqueira sendo, portanto, desta forma que surgiu o bairro mais antigo de Guarus: Custodópolis. (AZEREDO, 2012)

Sendo assim podemos perceber que desde seus primórdios Custodópolis começou a ser ocupada por pessoas simples e sem grandes recursos, eram cortadores de cana de açúcar que construíram o teto de suas casas com palha. Este lugar permanece até hoje com grandes desafios a serem superados tanto pelos seus moradores quanto pelos profissionais de Serviço Social que trabalham no CRAS que se encontra nessa localidade. Como a Política de Assistência Social toma como referência o conceito de vulnerabilidade, é importante lembrar que o risco e a vulnerabilidade social são expressões da questão social que é a matéria de trabalho do Assistente Social, sendo assim mesmo que se consiga acabar com o risco e a vulnerabilidade social não iremos acabar com a questão social, pois ela faz parte do capitalismo.

Devido aos grandes problemas no bairro de Custodópolis instalou-se um CRAS na comunidade, no entanto nem sempre os CRAS tiveram esse nome antes eles eram chamados

de Núcleos de Atendimentos à Família (NAFs), que são núcleos estatais territorializados de atendimento que funcionam como referência para famílias vulneráveis e em 2007 os NAFs transformaram-se no que conhecemos hoje como CRAS.

Os CRAS devem estar territorializados de acordo com o porte dos municípios em áreas de maior vulnerabilidade social para executar as ações de proteção básica; os municípios de pequeno porte I devem ter no mínimo um CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; os municípios de pequeno porte II devem ter no mínimo um CRAS para até 3.500 famílias referenciadas e os demais municípios devem ter capacidade para até 5.000 famílias referenciadas (NOB/SUAS, 2005).

O PAIF foi formalizado como uma ação continuada da assistência social, por meio do Decreto nº085 de 19/05/2004 e passou a ser, obrigatório e exclusivamente, ofertado no CRAS.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviço da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p.9)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais resolução de nº109 (2009), o trabalho no CRAS não é isolado, ou seja, há um conjunto de serviços conectados em rede socioassistencial. Para que o trabalho no CRAS se efetive é necessário que cada serviço tenha conexão com outros serviços, programas, projetos e organizações do Poder Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.

“Ao invés de substituir a ação do Estado, a rede deve ser alavancada a partir de decisões políticas tomadas pelo poder público em consonância com a sociedade” (PNAS, 2004, p. 47). Os CRAS são os responsáveis por este processo, no SUAS e estão submetidos a lógica das parcerias (SITCOVSKY, 2010).

Os objetivos para a criação do CRAS são:

Complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;

prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito a convivência familiar e comunitária; promover acesso a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social, de assistência social nos territórios; promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte, e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2009, p. 12)

Bem como atender e acompanhar crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, atender e acompanhar adolescentes de 15 a 17 anos, atender e acompanhar idosos, atender e acompanhar Gestantes, atender e acompanhar famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, e encontros semestrais das Famílias.

No CRAS são realizados trabalhos de fortalecimento de vínculos familiares, além de programas de inclusão social, bem como a execução de políticas públicas de enfrentamento da pobreza.

O CRAS de Custodópolis não atende exclusivamente a população que lá reside. Os bairros de Bonsucesso, Barão do Rio Branco, Novo Mundo, Bandeirantes, Santa Clara, Nogueira, Santa Rosa I e II, São Domingos e Nova Campos também são atendidos por ele.

As famílias atendidas pelo CRAS de Custodópolis são famílias que e se encontram:

[...] em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência do CRAS, em especial: famílias beneficiárias de Programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios mais que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum dos seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2009, p.7)

Os usuários atendidos pelo Serviço Social no CRAS são em sua maioria jovens; sendo que a maior parte dessa população não conclui o Ensino Fundamental; as mulheres

representam a maioria; a maioria dessas famílias ganha menos de um salário mínimo para sobreviver, sendo assim a renda per capita dependendo da composição familiar não satisfaz as necessidades básicas da família; a maior parte não recebe nenhum tipo de benefício; a grande maioria da população possui até três filhos; a maioria tem entre 4 e 6 pessoas residindo na mesma casa; a maioria dessa população é solteira e a maior parte da população está desempregada.

Portanto como podemos ver o foco principal é o sujeito. Visa-se através da informação e esclarecimento uma melhora significativa na vida dessas pessoas através da prevenção de vulnerabilidades e riscos que estes sujeitos possam estar enfrentando e também do acesso aos direitos. No entanto não basta acessar os direitos, é necessário compreender as informações para que estes sujeitos possam ser protagonistas, mas para isso é preciso apreender de forma crítica as informações para que eles possam exercer sua cidadania.

Sendo assim o papel do Assistente Social é imprescindível, pois é ele quem vai esclarecer e estimular uma consciência crítica nos sujeitos para que estes possam interferir na realidade exercendo sua cidadania através do controle social. Contudo este profissional tem muitos desafios a serem enfrentados no seu cotidiano profissional. Os desafios são inúmeros e diversos e se exige do profissional cada vez mais, além de suas atribuições e competências, todavia muitas vezes não se dá o suporte necessário para que o profissional exerça sua função com qualidade. A preocupação dos empregadores muitas vezes se limita a dados quantitativos sem se importar com a qualidade dos serviços prestados exigindo-se dos Assistentes Sociais resultados sem dar o devido suporte para tal.

3.3 Análise Empírica do Exercício Profissional dos Assistentes Sociais na Assistência Social/ CRAS de Custodópolis

As falas abaixo foram coletadas de quatro Assistentes Sociais. Como forma de resguardar a identidade das profissionais entrevistadas, assegurando seu anonimato optou-se por referir a elas como AS1, AS2, AS3 e AS4. O que se pode observar na maioria das falas são as dificuldades enfrentadas pelas profissionais no seu cotidiano, o que se destaca é a falta de material necessário para se trabalhar e os cortes que estão acontecendo nos programas sociais no município de Campos. Duas das Assistentes Sociais entrevistadas apresentaram

possibilidades de enfrentamento dos desafios, sendo que uma delas destacou a relevância de se trabalhar a consciência crítica.

Podemos observar que a falta de respeito com os profissionais de Serviço Social é algo que sobressai, onde às vezes pessoas são incluídas de qualquer forma nos programas sociais sem levar em consideração o olhar crítico do Assistente Social, outro ponto destacado por elas é a questão do uso dos programas sociais para se conseguir voto, infelizmente isso ainda é uma realidade no município, onde os próprios usuários muitas vezes não conseguem ver o programa como um direito, mas uma ajuda que determinado político lhe concedeu e o pior atribuem o fato de não conseguir ser incluído em um programa ao Assistente Social.

AS2: “A questão do chequinho que para mim foi assim o pior de todos que ainda envolveu a gente as Assistentes Sociais [...] porque foram colocadas pessoas que nem a gente tinha noção de quantas tinham sido colocadas de qualquer forma aleatória[...], batiam na casa e ofereciam a inclusão no Cheque Cidadão e totalmente de forma errada, porque a gente sabe que a política é pela via do direito e para ser pela via legal tem que passar pelo crivo dos Assistentes Sociais e não passou e tinha usuário até que era agressivo com a gente quando eles falavam “vocês não conseguiram eu entrei”, como eu atendi uma bem agressiva e ela falou com todas as letras “foi o vereador que me inclui” e quando eu perguntava mais a senhora poderia falar qual o vereador “eu não vou falar, eu sei que eu estou recebendo e pronto e acabou”, então a gente não podia fazer muita coisa só colocava, anotava a fala daquele usuário, mas ficava por isso mesmo, a gente ia ao CRESS para tentar também, fazer algumas reflexões de como ia ser a atuação diante disso tudo”.

AS4: “A questão da filantropia infelizmente ela está enraizada ainda na política de assistência no município e até mesmo na fala dos usuários da ajuda “a no que a senhora puder e ajudar” ao mesmo tempo que eles falam que é direito, [...]quando tem brigas aqui eles entendiam, atribuíam a gente isso, então é uma população que é constantemente usada pelo poder político quando quer ser eleito,[...] o Cheque Cidadão não é que eu queria desqualificar totalmente o programa, mas a gente sabe que na gestão passada ele era usado somente para angariar votos de cabresto da população [...]”.

No decorrer das entrevistas uma questão que foi destacada por quase todas as Assistentes Sociais exceto uma foi à questão do Cheque cidadão¹¹. O clientelismo é algo muito marcante no Município de Campos dos Goytacazes, nas últimas eleições o Cheque

¹¹ O Cheque Cidadão é um programa de transferência de renda temporário, implantado em Campos em 1º de maio de 2009, substituindo o Programa Vale Alimentação, como compromisso da Prefeita Rosinha Garotinho para seu primeiro mandato. Para ter direito ao benefício, as famílias devem residir em Campos há, pelo menos, dois anos, ter renda familiar de até meio salário mínimo, estarem inscritas no Cadastro Nacional de Programas Sociais (CadÚnico). (www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27293)

Cidadão que é um programa do Município foi utilizado para comprar votos da população. Duas das Assistentes Sociais comentaram sobre o ocorrido e em seus relatos elas disseram que o Cheque Cidadão era usado para comprar votos, os políticos ofereciam o benefício à população e muitos deles aceitaram receber, quando uma usuária foi questionada pela Assistente Social sobre qual vereador havia dado o benefício ela se negou a responder, o que importava para ela é que ela estava recebendo não importava de que forma.

Para que alguém seja incluído em algum programa social de forma legal é necessário passar pelo olhar crítico do Assistente Social, pois este profissional está capacitado para identificar quais as necessidades do sujeito que não se limita a renda per capita, portanto não basta somente ver renda per capita o trabalho do profissional vai, além disso, muitas vezes os usuários chegam ao CRAS com uma demanda, mas sua verdadeira necessidade vai além daquela demanda, e isso somente o Assistente Social pode identificar ao entrevistar o indivíduo.

Todas as Assistentes Sociais falaram sobre os cortes que estão ocorrendo em Campos dos Goytacazes a partir de 2017, por conseguinte mesmo que elas não falem diretamente do Cheque Cidadão, percebe-se a preocupação delas com a população que vai deixar de receber o Cheque Cidadão.

Depois de tudo ser descoberto e elas se posicionarem contra essa atitude errada e não aceitarem compactuar com esse crime denunciando o que estava acontecendo, o atual governo suspendeu o programa e toda a população deixou de receber mesmo aqueles que foram incluídos legalmente e passaram pelo olhar crítico do Assistente Social. No final quem perdeu foi à população que tem direito e muitas vezes sobrevivia com o dinheiro que recebiam do Cheque Cidadão¹² e também do Bolsa Família.

¹² A Polícia Federal prendeu a secretária municipal de Desenvolvimento Humano e Social e a coordenadora do Programa Cheque Cidadão em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. O programa é investigado pelo Ministério Público Federal por suspeita de irregularidades. Segundo o delegado que está à frente das investigações, Paulo Cassiano Júnior, o programa está sendo utilizado para fins eleitorais. “A investigação diz respeito ao descumprimento do fim público do Cheque Cidadão, que está sendo utilizado para a compra de votos em benefício de candidatos a vereador e candidato a prefeito apoiado pelo atual governo”, afirmou o delegado. Segundo as investigações, os eleitores presos têm ligação com um vereador que foi detido no último dia 29 de agosto suspeito de aliciamento de eleitores para a compra de votos. O município afirma que os servidores não poderiam prejudicar o curso das investigações, tendo em vista que todo material do programa foi apreendido. A Polícia Federal realizou uma coletiva de imprensa e de acordo com os delegados, o Cheque Cidadão teve um crescimento desordenado. “Em dois meses, a distribuição do Cheque Cidadão que era de 12 mil foi para 30 mil. É um programa social, só que não faz sentido em dois meses a inscrição do Cheque Cidadão chegar a quase o dobro”, observou a delegada Carla de Melo Dolinski. A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público Estadual

Percebe-se que as Assistentes Sociais têm essa consciência de que a população tem direito e necessita do benefício, pois o Bolsa Família é insuficiente para arcar com todas as despesas da família e que o problema foi a forma errada de incluir as pessoas e não o programa em si mesmo. O trabalho educativo realizado pelos profissionais de Serviço Social é de suma importância, pois como foi dito por uma das Assistentes Sociais a usuária não se importava de que forma ela estava recebendo e sim que ela estava recebendo, por isso é necessário se trabalhar com estes usuários a questão do direito, para que eles também não venham ser usados por políticos que se aproveitam de sua vulnerabilidade para conseguir votos. Infelizmente a compra de votos existe, também porque tem pessoas que aceitam por isso a relevância de se informar e trabalhar a consciência crítica dos sujeitos para que eles se neguem a compactuar com esse tipo de situação.

A Assistência Social muitas vezes é confundida com assistencialismo, ou ainda pior é usada como moeda de troca por políticos, para conseguir votos da população. Portanto a assistência social é vista como um não direito, ou seja, ela é tratada como caridade, de acordo com a análise da autora Pereira (2017).

AS3: “É o que eu estava falando existem direitos, para existir direitos tem que ter efetivamente ali o material do direito se eu estou querendo incluir uma pessoa no programa do Cheque Cidadão o programa tem que existir efetivamente, tem primeiro que existir o objeto daquela necessidade do usuário se não existir como que a gente vai efetivar? Fica só no âmbito do encaminhar para uma inclusão que a gente sabe que não vai existir entendeu.”

Outro aspecto destacado é a falta de reconhecimento dos direitos, mesmo que a pessoa tenha direito é necessário que se reconheça-o, pois somente dessa forma o indivíduo vai poder lutar para acessá-lo. Por conseguinte, o indivíduo só pode ser incluído em um determinado programa se ele existir. No entanto o que ocorre muitas vezes é que o Estado não reconhece esse direito do cidadão por isso é necessário lutar pelo reconhecimento do direito, pois uma

(MPE), que investiga o crescimento do número de inscritos. O órgão suspeita que os novos benefícios tenham sido entregues a pessoas ligadas a 34 candidatos ao cargo de vereador. Segundo o MPE, em março estavam cadastrados 11.500 mil beneficiários, enquanto em agosto o número subiu para quase 13 mil. (g1.globo.com/rj/norte-fluminense/eleicoes/2016/noticia/2016/09/policia-federal-prende-responsaveis-pelo-cheque-cidadao-em-campos-rj.html) O juiz Eron Simas, que sentenciou a anulação dos votos dos três vereadores na sexta, classificou a troca de Cheque Cidadão por votos como "um dos maiores e mais audaciosos esquemas de compra de votos de que se tem notícia na história recente deste país". (g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2017/01/chequinho-oito-veredores-terao-sentencas-proferidas-em-campos-rj.html)

vez que ele é reconhecido fica mais fácil efetivá-lo, sendo assim, os governantes devem tomar decisões e criar leis orientadas pela vontade do povo.

Somente uma Assistente Social destacou a questão dos instrumentos usados pelo profissional de Serviço Social:

AS2: “[...] e a miniconferência quando a gente fez aqui no dia 7 de junho a gente colocou bem claro isso para eles o que o Assistente Social pode fazer está orientando nesse sentido que na Conferência é o espaço para eles colocarem as questões deles, para eles reivindicarem a melhoria de qualidade de vida para eles e com o próprio Conselho do Direito falamos dos Conselhos explicamos qual o papel dos Conselhos o que que cada Conselho faria [...]. [...] Se eu souber que aquela família teve [...] um assassinato [...] eu vou fazer [...] um relatório logo, é tentar fazer essa visita [...] e a gente solicita a inclusão numa casa popular [...]”

Sendo assim as reuniões, as visitas, os relatórios constituem-se como instrumentos do Assistente Social. Podemos ver que ela destaca a questão da fala como sendo de suma importância, pois é através da fala que o profissional vai fazer orientações, esclarecimentos para que os usuários compreendam os seus direitos e possam lutar para acessá-los. As reuniões são primordiais, pois ali os usuários trocam experiências e informações isso ajuda a fortalecer os vínculos entre os próprios usuários e também com o profissional. As reuniões são um instrumento de grande importância de acordo com a autora Mito (2009), pois é através da reunião de diferentes sujeitos que se pode realizar um processo educativo de forma coletiva.

Sobre os desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais:

A crise financeira bem como a corrupção que o país vivencia está afetando diretamente a assistência social, que vem sofrendo cada vez mais com os cortes nos recursos que já eram escassos e agora piorou com essa situação, afetando a população que muitas vezes sobrevive com os benefícios que recebem e também os profissionais de Serviço Social, seja na falta de recursos para se trabalhar, seja na precarização do trabalho, visto que o Assistente Social é um trabalhador assalariado e necessita vender sua força de trabalho, sendo assim como muitos profissionais de outras áreas se submete aos empregos precarizados e baixos salários, devido à falta de emprego.

AS3: “Os desafios enfrentados no cotidiano são na maioria das vezes quando você não encontra os recursos necessários para o seu trabalho, não é sempre que isso ocorre, mas existem períodos que você não encontra nem o mínimo

para se trabalhar, como é o caso de um papel, um toner, uma internet, um celular, não é sempre, mas de vez em quando, quando você esbarra com essa escassez de material também fica difícil até para você preencher um formulário de atendimento se ele não existe no momento entendeu, mas isso são períodos apenas não é sempre que a gente passa por essa dificuldade.”

AS2: “[...] Limites assim é a falta de emprego você não vê mais concurso público, a cada dia tem mais desempregados no país isso também dificulta, eles querem entrar na Política de Assistência, através dos programas do acesso aos programas, à gente sabe que os acessos aos programas são cada dia piores, não tem vaga para todo mundo [...].”

O novo regime de acumulação flexível causou profundas mudanças na vida da classe trabalhadora, conforme discutido pelos autores Harvey (1989) e Netto (1996). Como consequência tivemos a falta de trabalho e a precarização do mesmo, conforme podemos observar nas falas das Assistentes Sociais que sentem diretamente os impactos em seu trabalho. Outro aspecto que merece destaque é o aumento das pessoas desprotegidas e a redução do Estado frente a essa situação, como também foi destacado pelos profissionais de Serviço Social em suas falas.

AS2: “[...] Outra questão é a questão do subemprego [...], a maioria dos funcionários são contratados isso desmantela a força da gente vai diminuindo de quem é concursado, porque na verdade o concursado é o que mais fala o contratado ele se vê tolhido nisso que ele se vê tolhido ele acaba a mercê desse sistema de pouco salário, salário baixo, que tem diferença, não deveria ter, mas tem diferença [...].”

AS2: “[...] quando elas questionam muito como já aconteceu à colega foi demitida então isso assim fica claro para as contratadas que se elas começarem a incomodar elas serão demitidas e para gente que é concursada simplesmente vão te colocar na geladeira [...].”

O profissional se sente muitas vezes impossibilitado de expressar sua verdadeira opinião, pois como foi falado pela Assistente Social ele é mandado embora quando começa a questionar muito, portanto observa-se que isso é uma estratégia para desmantelar a classe, fazendo prevalecer à vontade de quem está no poder.

O Serviço Social conforme foi apresentado pelas autoras Iamamoto e Carvalho (2012), é uma profissão polarizada por interesses opostos, por isso não é difícil de entender que os usuários exigem uma coisa das Assistentes Sociais e o Estado outra, sendo assim o Serviço Social constitui-se como uma profissão contraditória.

AS2: “[...] Assistente Social ela é o tempo todo contraditória, você atende a população, mas você acaba tendo que ficar é no meio entre a população e o Estado, o Estado quer que você faça de um jeito e as famílias vêm aqui e querem uma resposta sua e às vezes você não tem o que fazer [...].”

AS4: “Eu acho que o principal limite da política de assistência é por ela ser uma política social dentro do sistema capitalista e estar dentro de um conflito de interesses que é do controle social da população não essa para efetivar o controle social da política e sim ao contrário e isso acarreta várias coisas como infelizmente a gente tem a dimensão de que essa política o foco principal dela não é efetivar a emancipação política da população [...], acho principalmente que é uma coisa que eles reclamam muito, que eles se sentem desrespeitados por muitos profissionais e a questão também até mesmo de tanta burocracia para você conseguir um programa no Bolsa Família[...]. E eu acho que um limite também é a desinformação que muitas vezes a população como um todo e os usuários não sabem que isso aqui é um equipamento público da política que o Bolsa Família ele vem de uma política de Assistência Social, o limite eu acho é a questão da seletividade, [...] o limite da assistência é a questão da focalização, da seletividade [...]. [...] Nossas demandas que são muitas que acaba que tudo joga para assistência[...] o CRAS é meio complexo tudo a gente acaba abarcando aqui [...], acho que a opinião pública também é um limite [...].”

Devido à incapacidade da rede de atender todo o público ela cria critérios de elegibilidade excluindo dessa forma muitas pessoas que necessitam e não conseguem acessar o seu direito. A emancipação política como foi discutido pela autora Boschetti (2016), é o reconhecimento do direito do cidadão, no entanto não acaba com as desigualdades sociais, pois elas são intrínsecas ao capitalismo.

AS4: “[...] Eu acho que a questão da estrutura também é algo real assim sério, mas eu também acho que a gente tem alguns profissionais assim na assistência social que tem uma visão fatalista enquanto do outro lado tem uma visão messiânica que leva para fora daqui e tal é enfim, mas eu acho que o principal desafio mesmo é até mesmo o profissional entender o que que é a assistência social [...], mas outro desafio para mim é a questão da intervenção totalmente fragmentada que a gente acaba fazendo aqui porque cada um fica com uma coisa enquanto a partir do nosso referencial teórico hegemônico do Serviço Social aquela família [...] tem que ser enxergada na sua totalidade, [...] a gente tenta até fazer entendeu, mas a gente não tem tempo.”

Como foi comentado pela Assistente Social a discussão do exercício profissional é imprescindível, pois somente assim é possível consolidar a política de assistência social como direito, bem como garantir condições técnicas e éticas para o trabalho profissional com qualidade conforme preconizado pelo CFESS (2011).

O sistema capitalista requer do Assistente Social uma coisa e a população outra e isso fica claro quando elas falam sobre a situação vivenciada no seu cotidiano profissional, portanto é necessário ter uma posição contra o arbítrio e o autoritarismo, e se posicionar a favor dos direitos políticos, civis e sociais da classe trabalhadora, portanto é preciso saber o que é a Assistência Social e ter cuidado para não ter uma visão fatalista e achar que nada se pode fazer ou uma visão messiânica e achar que vai transformar o mundo, é necessário se posicionar a favor da equidade e da justiça social.

Quando questionadas sobre as possíveis possibilidades de enfrentamento desses limites e desafios duas Assistentes Sociais apresentaram possíveis formas de enfrentamento das situações desafiadoras enfrentadas por elas:

AS2: “[...] E as possibilidades e eu acho assim com a gestão da Dilma abriu um leque maior até com relação à própria empregabilidade do setor de Serviço Social [...], depois do advento do SUAS, então eu acho assim que foi uma possibilidade, isso abriu campo de trabalho, a coisa foi melhorando [...]”

AS4: “[...] Mesmo diante desses limites eu acho que a gente tem que tentar enxergar possibilidades e construir estratégias [...], como por exemplo, a questão da mobilização da população através de reuniões, de informação, do respeito ao usuário [...]. E eu acho que as principais possibilidades são essas estratégias de mobilização sabe da criação de um vínculo com o usuário que eu não vejo isso dentro dos CRAS [...]”

AS4: “[...] eu acho que é pensar em outras alternativas e é tentar mostrar o que o CRAS é realmente [...], o CRAS é [...] é um lugar para unir essa população para efetivar um controle social sobre essas políticas [...] a política de assistência ela teria essa possibilidade [...]. O Bola Família tem muita gente que fala que foi criado nesse sentido precisava-se dar alguma “solução” para questão da extrema pobreza que assolava quase o país todo mais [...] concentrado em algumas regiões como parte nordeste tal, só que também foi uma solução para fazer a economia até mesmo naquelas localidades girar então eu acho que é a criatividade que os autores de Serviço Social falam muito é de continuar lendo [...], eu acho que essa poderia ser uma possibilidade entendeu [...], lutar eu acho isso é primordial.”

Conforme analisado pela autora Pereira (2017), o governo Lula possibilitou alguns avanços, no entanto a ainda manteve a separação entre as políticas social e econômica, permanecendo a ideia de uma política pobre para os pobres. Portanto, com o governo do Lula e da Dilma as coisas melhoraram um pouco, e também com o advento do SUAS com relação as oportunidades de trabalho para os Assistentes Sociais, mas também para a população. Outra possibilidade é a questão da mobilização da população e o estreitamento dos vínculos

entre os usuários e os profissionais, bem como a orientação sobre o que é e qual a função do CRAS para que a população possa efetivar seu controle social e não ser manipulada. A função do CRAS não é somente fazer inclusão em programa social, mas é um espaço de todos onde se pode está discutindo estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e também meios de conquista dos direitos. Continuar estudando mesmo depois de formada é importante para não ser usado no jogo político e sendo assim legitimar sua vontade.

A Assistência Social possibilita o acesso das pessoas aos bens de consumo. Segundo o autor Sitcovscy (2010), os programas de transferência de renda possibilitam o acesso das pessoas aos bens de consumo e também contribuem para a economia girar. Embora o Bolsa Família tenha contribuído para a melhora de vida de algumas famílias ele é insuficiente e incapaz de acabar com as desigualdades sociais.

Apenas uma das Assistentes Sociais apresentou a importância de estimular a consciência crítica:

AS2: “[...] o CRAS não é só para ser visto como o local de benefício, porque a maioria dos usuários olham o CRAS como um benefício que eu vou conseguir ali, através dali e não é. É um local que eu falo que é de todos da comunidade, é de todo cidadão e é onde a gente também pode ter, reflexões, reuniões, esclarecimento, orientações, não só para benefícios e sim para que a vida dele melhore enquanto pessoa mesmo [...]. [...] A gente mostra quais caminhos eles podem seguir, de que forma eles podem acessar o direito, o direito deles e que eles também têm deveres [...], o CRAS pode ser muito mais do que isso é um espaço democrático, um espaço de luta, é um espaço de representatividade, participação, coisas que às vezes eles não têm e nem sabem que podem ter [...]”

AS2: “[...] tem essas miniconferências que a gente fez agora para colocar o usuário para pensar, eu gosto disso, você fazer o usuário participar, entendeu motivar esse usuário a enfrentar, a questionar, levar ele a pensar, eu gosto dessa parte eu acho que o Serviço Social não pode é esbarrar somente ali naquele atendimento, porque se não a gente vai ser tarefeiro igual à Marilda fala, eu não quero ser tarefeiro e isso me incomoda [...]”

Como foi comentado pela Assistente Social a dimensão pedagógica de orientar os usuários para que eles possam apreender a realidade de maneira crítica e consciente e dessa forma interferir na realidade em que vivem e também poder acessar os seus direitos conforme foi analisado pela autora Miotto (2009), é outro aspecto do trabalho do profissional de extrema importância. Como foi dito pela Assistente Social o trabalho do profissional não se resume a fazer inclusão em programas sociais, vai, além disso. Portanto cabe ao profissional de Serviço

Social informar e estimular os usuários a questionar para que eles possam acessar os seus direitos interferir na sua realidade para que ela mude.

Como podemos observar por mais que as dificuldades sejam inúmeras é possível obter resultados positivos, como uma das Assistentes Sociais falou na entrevista os usuários além de participarem da miniconferência elaboraram propostas, portanto não se pode cruzar os braços e se conformar com a situação utilizando-se o discurso de que não tem jeito. Como foi dito anteriormente o papel educativo feito pelos Assistentes Sociais possibilitam que os sujeitos interfiram na sua realidade de forma crítica e consciente.

Outro aspecto que chama a atenção nas falas das Assistentes Sociais é a questão do pessimismo provocado pelas dificuldades que elas enfrentam no seu cotidiano:

AS2: “[...] agora esse governo golpista que está aí e essa coisa toda vindo à tona e muita corrupção e está sendo desmantelado e junta com a crise financeira que assola o país todo eu acho que as possibilidades só estão diminuindo [...] e agora com essa questão da Previdência sendo votada para reforma da Previdência, reforma trabalhista [...], estou vendo tudo como muito retrocesso.”

AS3: “[...] Para o papel educativo que seria algo que os profissionais poderiam, estão aptos a fazer esse papel de educação à gente rebate também no caso de primeiro os próprios usuários não terem essa motivação, falta motivação nos usuários e nos profissionais que também não estão acreditando nesse processo educativo é uma falta de motivação dos dois lados nenhum, nem outro. Também outra coisa que nós poderíamos está fazendo que seria a questão da inclusão produtiva falta no momento uma inclusão realmente que você acredite que vai capacitar, que vai realmente gerar renda para essa família[...].”

O antagonismo de classes afeta também a vida emocional e psicológica das Assistentes Sociais causando-lhes um mal-estar. Como podemos observar a atual conjuntura não trás perspectivas boas para os profissionais e isso não afeta somente as Assistentes Sociais, mas, também os usuários que não tem motivação para ir ao CRAS, pois tudo que se houve é um não, ou seja, o principal objetivo deles que é conseguir uma inclusão que não está acontecendo. A inclusão produtiva não está gerando renda para as famílias, portanto o que se pode ver é um descrédito por parte dos profissionais nos programas do governo.

O Assistente Social possui certa autonomia no seu trabalho conforme apresentado pelas autoras Iamamoto e Carvalho (2012), logo o profissional é responsável pela direção que ele dá ao seu trabalho. Assim sendo como foi dito pela Assistente Social é preciso tomar uma

posição, pois mesmo correndo-se o risco de perder o emprego o profissional não deixará de ser Assistente Social. Por conseguinte é necessário manter o compromisso com a liberdade, com a democracia, com a autonomia, a cidadania e com a emancipação, sendo assim o profissional irá influenciar os indivíduos a tomar decisões de modo que interfira na sua vida com fim de mudar sua realidade para melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, portanto, ao término desta análise, no entanto o referido tema não se esgota aqui. Antes de analisar as falas das Assistentes Sociais busquei um referencial teórico a fim de me ajudar com a análise. Assim sendo a teoria utilizada foi de suma importância para não fazer julgamentos precipitados com base no senso comum.

Como foi abordado no primeiro capítulo o regime de acumulação flexível adotado pelo capitalismo trás sérias consequências para a classe trabalhadora, pois houve a perda de conquistas, bem como a desregulamentação, a flexibilização e o aumento da precarização do trabalho. Houve também a diminuição dos postos de trabalho não havendo, portanto, emprego para todos e por causa da perda de direitos trabalhistas a classe trabalhadora passa a ganhar menos e não ter garantias. Os patrões passam a se aproveitar do desemprego para impor suas regras, amedrontando os empregados e evitando dessa forma reclamações. Além disso, para se compensar a pouca mão de obra os poucos funcionários que restam tem que trabalhar mais. Sendo estes, portanto alguns dos limites enfrentados pelas Assistentes Sociais que são afetadas diretamente. Sendo assim essas consequências citadas são expressões da questão social que dá concretude ao Serviço Social que desde seus primórdios se configura como uma profissão contraditória, pois tem que lidar com interesses contraditórios.

As políticas sociais são o resultado das lutas de classe, apesar de termos obtido algumas conquistas com os direitos sociais ainda tem muito que ser feito e superado. Portanto um dos grandes desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais é o comprometimento do Estado com o capital, pois ele não faz nada que prejudique o mesmo, sendo assim os direitos sociais não acabam com as desigualdades existentes. No entanto o Estado é de extrema importância no reconhecimento dos direitos, bem como a regulamentação dos mesmos. Por conseguinte o capital por vezes se utiliza do Estado para eleger quem vai ter direito ou não a uma determinada política.

Sendo assim as transformações societárias causadas pela reestruturação produtiva evidenciaram as desigualdades fomentadas pelo mesmo e faz com que surjam novos problemas além dos que já existiam, portanto, as Assistentes Sociais terão novos desafios a serem enfrentados, e precisarão lidar com a falta de estrutura e material, bem como a redução dos postos de trabalho. Devido a nossa sociedade ser tardo-burguesa periférica isso torna os

usuários do Serviço Social muito heterogêneos, pois se mesclam demandas “tradicionais” e “novas”, exigindo cada vez mais criatividade dos Assistentes Sociais (NETTO, 1996).

O Serviço Social deve pensar nas possibilidades de enfrentamento dos desafios e limites no presente, pois se pensar somente no que se pode fazer no futuro o profissional não vai criar meios para se superar os desafios que surgem bem como também não vai lutar para a garantia dos direitos da classe trabalhadora, sendo assim não vai criar estratégias para se modificar a realidade em busca da defesa e ampliação dos direitos.

Segundo a autora Yazbek (2008), Assistência Social brasileira está ligada a benemerência e ações filantrópicas, transferindo a responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Por conseguinte há grandes desafios a serem enfrentados pelos profissionais de Serviço Social, pois mesmo a assistência social sendo um direito reconhecido pela Constituição Cidadã de 1988 ela enfrenta grandes resistências, preconceitos e descaso. Muitos ainda veem a assistência social como uma ajuda e não como um direito como foi comentado pela Assistente Social, por outro lado há quem se aproveite da mesma para obter vantagens políticas, como ocorreu no caso do Cheque Cidadão. Existem também aqueles que utilizam o discurso de que a assistência social vai estimular a pobreza e a dependência. Como foi falado por uma das Assistentes Sociais a Assistência Social é vista como o “patinho feio” da Seguridade Social, no entanto é necessário lutar contra essa visão que tem sua origem no sistema capitalista.

A Assistência Social é imprescindível para aqueles que não têm nenhuma garantia trabalhista e necessitam dela para sobreviver, como podemos observar nas falas das Assistentes Sociais sendo assim ela não deve se restringir a uma quantidade monetária e a critérios de menor elegibilidade. Por outro lado ela não deve visar apenas o mínimo e sim o que é essencial para se viver dignamente e com qualidade. Por ser uma política pública todo o cidadão tem o direito de opinar e decidir o que é melhor para a sociedade, no entanto sabemos que não é isso que acontece na sociedade brasileira, embora seja reconhecido por lei, muitas vezes os governantes não acatam a vontade da maioria. Por conseguinte os Assistentes Sociais enfrentam muitos desafios e por isso é necessário se unir tanto como categoria como classe, para que junto com a população possamos fazer frente ao projeto da classe dominante.

O SUAS apresenta a Assistência Social como sendo responsabilidade estatal, sendo assim torna-se mais difícil à utilização da mesma para fins clientelistas. Apesar dos avanços

que tivemos com o SUAS, ainda permanece a fragmentação e a desarticulação das políticas sociais.

A assistência social é tratada pelo Estado como proteção social, no entanto ela não deve ser entendida como tal e sim como parte da proteção social. Visto que o Estado não consegue garantir emprego para todos, ele amplia sua cobertura de acesso aos programas de transferência de renda, que por sua vez ajudam a economia girar, pois aumenta o poder de compra dos excluídos do mercado de trabalho. Por outro lado, o Estado transfere sua responsabilidade para a sociedade, e se exime de fazer políticas públicas que deem respostas satisfatórias, sendo assim o que se pode notar é um apelo à filantropia. Historicamente os Assistentes Sociais vêm lutando para construir uma identidade, buscando se desvincular da caridade, filantropia e resistindo junto com o trabalhador ao capitalismo, buscando o reconhecimento, a garantia e a efetivação dos direitos.

O Serviço Social devido o seu contato direto com a população desde seus primórdios vem sendo utilizado pela classe dominante para difundir sua ideologia e acalmar os ânimos dos insatisfeitos transferindo a culpa causada pela distribuição desigual dos bens socialmente produzidos para a população. O Assistente Social deve sempre está pensando na sua atuação profissional para não ser manipulado, tendo em vista que as ações socioeducativas realizadas por ele devem possibilitar o usuário apreender a realidade de maneira crítica para que ele possa interferir na mesma.

A socialização de informação e a formação de consciência crítica são de suma importância para os sujeitos, pois dessa forma eles podem cobrar seus direitos e acessá-los exercendo dessa forma sua cidadania. Portanto as ações socioeducativas possibilitam ao sujeito a construção do mundo em que ele vive, sendo assim ele participa da construção histórica de sua realidade, agindo de maneira consciente, pois as ações socioeducativas realizadas pelos Assistentes Sociais possibilitam a reflexão do sujeito para empoderá-lo e dessa forma ele se torna o protagonista de sua vida.

O CRAS como foi falado pelas Assistentes Sociais é um local onde essas reflexões podem e devem ser feitas, não sendo, portanto um local somente para se conseguir um benefício mesmo sabendo de sua relevância para a vida dos usuários, o trabalho dos Assistentes Sociais como foi dito vai além de conceder benefícios sociais. No entanto, os usuários muita das vezes vão ao CRAS em busca de um benefício que é um direito seu, porém

não conseguem e isso desmotiva-os a voltar, pois muitos tem necessidades imediatas e precisam ser inseridos em algum programa ou em muitos casos mais de um. Como foi analisado anteriormente alguns usuários permanecem excluídos do acesso aos seus direitos, devido a incapacidade do Estado de garantir políticas sociais satisfatórias que atendam as necessidades da população. Portanto é necessário continuar estudando para que se possa fazer uma análise correta da realidade como foi feito pelas Assistentes Sociais ao identificar que o problema não era o Cheque Cidadão, e que os usuários foram os mais prejudicados, o grande problema foi à forma como foi usado o programa para fins clientelistas.

Sendo assim somente é possível fazer uma análise correta da realidade tendo em vista o aparato teórico. Por conseguinte os profissionais de Serviço Social precisam ter em mente qual é o seu projeto ético-político, para poder lutar na direção social da profissão fugindo do conservadorismo, de ações pragmáticas e do autoritarismo, portanto o estudo e a luta são contínuos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, Wesley Trevizan; VALDIR, Anhucci. **A precarização das condições de trabalho na monocultura canavieira sob a lógica da reestruturação produtiva.** Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Paraná.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade mundo do trabalho.** 7. ed. Campinas (SP). Cortez Editora/ Unicamp, 2000.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Território de Custodópolis: mapeando memórias e lugares. In: SILVA, Vera Lucia Marques da; JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura (Org.). **Território, vulnerabilidades e saúde.** Campos dos Goytacazes, RJ: FBPN / FMC, 2012. p. 44- 48.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo. In: **Política social: fundamentos e história.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.147-177.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e Direitos. **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: Abepss/ CFESS/ Cead/ UnB, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. O sentido do estado social capitalista. In: _____. Assistência social e trabalho no capitalismo. Ed. Cortez. São Paulo. 2016. p. 15-45.

BOSCHETTI, Ivanete. O SUAS e a Seguridade Social. Cadernos de Texto da V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília. CNAS/ MDS 2005. p. 10- 16.

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. p. 23- 24. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 08 de dez. 2017

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Atualizada até 2004. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm Acesso em: 18 de jan. 2018

BRASIL. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm Acesso em: 18 de jan. 2018

BRASIL. Lei Nº 8.742_ Lei Orgânica da Assistência Social Anotada. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/SNAS. Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Anotada/2009. In: Coordenação Geral de Regulação Público e Privado do DGSUAS e Consultoria Jurídica do MDS. (orgs). Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. NOB/RH/SUAS, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasil, 25 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2009. p. 9-12.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2004.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Parâmetros para Atuação de Assistentes sociais na Política de Assistência Social. Brasília (DF). CFESS, 2011.

HARVEY, David. Introdução. O fordismo. Do fordismo à acumulação flexível. Teorizando a Transição. Acumulação Flexível – transformação sólida ou reparo temporário? P. 135 a p. 162.

<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2017/01/chequinho-oito-vereadores-terao-sentencas-proferidas-em-campos-rj.html> Acesso em: 18 de jan. 2018

<http://oficinadahistoriad.blogspot.com.br/2010/05/o-economista-e-reformista-social.html> Acesso em: 11 jan. 2018

http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/bevan_aneurin.shtml Acesso em: 15 de jan. 2018

<https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=1923> Acesso em: 11 de jan. 2018

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: **esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2012. p.101-130.

LIMA, Elaine Cristina dos Santos. **Neoliberalismo: política econômica como saída à crise**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/neoliberalismopolitica-economica-como-saida-a-crise.pdf Acesso em: 08 de dez. 2017

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: Conselho federal de serviço social- CFESS (Org.). Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 497-512.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: O Mito da assistência social: Ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 133-146.

NETTO, José Paulo; BEHRING, Elaine. A emancipação política e a defesa de direitos. Publicado na Revista Serviço Social e Sociedade, Ed. Cortez, junho de 2007.

NETTO, José Paulo. Serviço Social & Sociedade. In:_____. Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise prospectiva de profissão no Brasil. 1996. p.87-132.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL__ NOB; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL__SUAS. Resolução n. 130, de julho de 2005. Brasília: MDS/ CNAS, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política de Assistência Social Brasileira: avanços, limites e desafios.** Disponível em: <http://www.cpihts.com/pdf02/larissa%20dahmer%20pereira.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014

PEREIRA, Potyara A. P. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. Dez. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazeida Pereira (Org.). Política social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 217-233.

SILVA, Márcia da Conceição. **Trabalho e subjetividade:** breve análise da sociabilidade contemporânea. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. O desenvolvimento da Crise Capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a Humilhação. UFMA. São Luís, MA. 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social:** Ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-179.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e política sociais. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/39/24>. Acesso em: 15 ago. 2014

APÊNDICE

Universidade Federal Fluminense – UFF
Instituto De Ciências Da Sociedade E Desenvolvimento Regional – ESR
Departamento De Serviço Social De Campos – SSC

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa de graduação: Os Desafios do Cotidiano Profissional do Serviço Social na Assistência Social

A pesquisa em tela tem como objetivo buscar esclarecer e compreender a realidade nos Desafios do Cotidiano Profissional do Serviço Social na Assistência Social de Campos dos Goytacazes, possibilitando identificar os desafios, limites e dificuldades encontradas na trajetória construída ao longo do processo sócio ocupacional do Assistente Social. Para isso, utiliza-se do referencial metodológico de Entrevista Semiestruturada.

Perguntas direcionadas ao Serviço Social:

- 1- Quais os limites e possibilidades da Política de Assistência Social no país?
- 2- Comente um pouco sobre a crise que afeta o país e os rebatimentos em Campos dos Goytacazes, em especial os cortes que alguns programas sociais do município sofreram.
- 3- Como você lida com a questão da benemerência, filantropia e direito social na Assistência Social no município?
- 4- Quais os principais desafios enfrentados no seu cotidiano profissional na Assistência Social?
- 5- Como você enxerga o exercício profissional nesse processo de efetivação e acesso aos direitos no âmbito da política de Assistência Social?